

ECO-357

**Os Determinantes Macroeconómicos do Investimento Directo
Estrangeiro em Moçambique**

Ângelo Gonçalves Dias de Noronha

Maputo, Abril de 2009

Trabalho de Licenciatura em Economia

Faculdade de Economia

Universidade Eduardo Mondlane

**Os Determinantes Macroeconómicos do Investimento Directo
Estrangeiro em Moçambique**

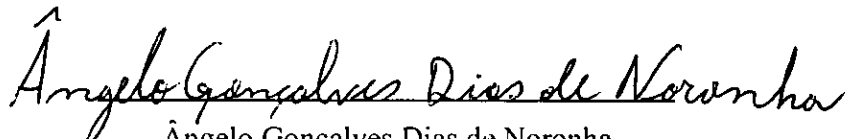
Trabalho de Diploma apresentado à Faculdade de
Economia da Universidade Eduardo Mondlane em
cumprimento dos requerimentos de candidatura ao
grau de Licenciatura em Economia

Ângelo Gonçalves Dias de Noronha

Maputo, Abril de 2009

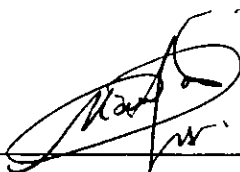
Declaração

Declaro pela minha honra que o presente trabalho é da minha autoria e que resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que é submetido para obter o grau de licenciatura numa instituição educacional.

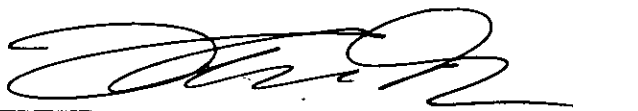

Ângelo Gonçalves Dias de Noronha

Aprovação do Júri

O presente trabalho foi aprovado no dia 24 de ABRIL de 2009 por nós membros do júri examinador da Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, com a classificação de 15 (valores).



O Presidente



O Arguente



O Supervisor

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais Albano Madeira de Noronha e Liliana da Conceição Faria Dias de Noronha por serem a minha verdadeira fonte de inspiração.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos direccionam-se a todos aqueles que directa ou indirectamente deram o seu contributo e apoio para a realização da minha formação académica e do trabalho de fim de curso.

Ao meu atencioso supervisor Dr. Artur Manuel Gobe, pela orientação e estímulo ao longo do processo de elaboração do referente trabalho.

Ao Dr. Constantino Pedro Marrengula pela atenção e disponibilização de tempo para a discussão de alguns aspectos do trabalho. Ao dr. Luís Manjama pelo incentivo prestado na recolha dos dados compilados pelo Banco de Moçambique.

Aos meus tios Álvaro Madeira de Noronha e Justina Martins, que me acolheram e foram uns verdadeiros pais durante cinco anos da minha formação académica.

Aos meus irmãos Miguel, Paty e Bruno, que mesmo quando distantes, foram incansáveis em dar carinho e apoio. Aos meus primos Hugo e Duda que foram verdadeiros irmãos durante a minha formação e a minha prima Nicole que foi uma inspectora do trabalho de fim de curso.

Aos meus amigos, colegas e companheiros Paulo da Barca Alves, Carlos Mendes Jr., João Sibanda, Castigo José Castigo, Momed Jamú e Teresa Alves que sempre souberam estar do meu lado e dar o devido apoio. Aos meus inesquecíveis colegas e amigos da Faculdade de Economia, Gulshan Cadir, Hilénio Truzão, Jaqueline Bastardo, Nelson Maulate, Marlene Omar, Rohit Patel e Virgínia Cardoso pelo espírito de companheirismo e pertinência nos estudos.

Aos meus tios, primos e demais familiares e amigos pelo suporte incondicional e incansável durante a minha formação académica.

Lista de Abreviaturas

AERC	<i>African Economic Research Consortium</i>
BM	Banco de Moçambique
BOP	Balança de Pagamentos
CBF	Código de Benefícios Fiscais
CPI	Centro de Promoção de Investimentos
CRVD	Companhia do Vale do Rio Doce
EDM	Electricidade de Moçambique
EMN	Empresas Multinacionais
F&A	Fusões e Aquisições
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDC	<i>Industrial Development Corporation</i>
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
MCRL	Modelo Clássico de Regressão Linear
MOZAL	<i>Mozambique Aluminium</i>
NBER	National Bureau of Economic Research
OCDE	Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PVD	Países em Vias de Desenvolvimento
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SDI	<i>Spatial Development Initiatives</i>
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e Desenvolvimento
WIR	<i>World Investment Report</i>
ZFI	Zona Franca Industrial

Resumo

As economias contemporâneas têm envidado esforços para garantir uma maior atracção do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) devido as suas vantagens para o crescimento económico. Moçambique, não sendo excepção, tem vindo a notabilizar-se como uma economia receptora de fluxos de IDE, porém, apesar da tendência crescente destes fluxos, muitas tem sido as inquietações levantadas quanto a sua continuidade e a maximização dos seus benefícios para a economia. Este trabalho pretende dar um contributo no delineamento de políticas económicas que assegurem a maior atracção dos projectos de IDE através da estimação dos determinantes destes investimentos em Moçambique no período de 1990 a 2007.

O processo de estimação baseou-se no estudo econométrico das variáveis macroeconómicas que constituem as possíveis vantagens de localização que a economia moçambicana oferece para a realização de investimentos estrangeiros. Os resultados da estimação evidenciam que o crescimento económico, a adopção de políticas que garantam a estabilidade macroeconómica e a intervenção do Estado na economia são os factores que mais contribuem para a atracção do IDE, enquanto que, factores como a concessão de incentivos fiscais, o estado das infra-estruturas e do capital humano, a abertura comercial e a dotação de recursos naturais mostraram-se insuficientes para a atracção do IDE. Os aspectos institucionais apesar de não estimados também demonstraram ser um entrave para os investidores estrangeiros.

O trabalho sugere que a maior atracção dos projectos do IDE para Moçambique depende da adopção de políticas económicas proactivas que promovam o crescimento económico contínuo, que garantam a manutenção da estabilidade macroeconómica, que assegurem o efeito positivo da intervenção do Estado no investimento privado, que racionalizem a concessão de incentivos fiscais para reduzir as perdas de receitas fiscais, que garantam a maior abertura comercial, que assegurem a continuidade do desenvolvimento do capital humano e das infra-estruturas, que promovam a maior atracção de investimentos para a exploração de recursos naturais e que reduzam os entraves institucionais.

Palavras-Chave: Investimento Directo Estrangeiro (IDE), Empresas Multinacionais (EMNs), Economia Receptora.

Sumário

Declaração	iii
Dedicatória	i
Agradecimentos.....	v
Lista de Abreviaturas	vi
Resumo.....	vii
Sumário.....	viii
Lista de Tabelas	x
Lista de Gráficos.....	x
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	1
Introdução	1
1.2. Hipóteses.....	4
1.3. Objectivos	4
1.3.1. <i>Objectivos Gerais</i>	4
1.3.2. <i>Objectivos Específicos</i>	5
1.4. Justificativa	5
1.5. Metodologia.....	6
1.6. Estrutura do Trabalho	7
CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1. Enquadramento Teórico: O Conceito de IDE.....	9
2.2. Os Tipos de IDE	11
2.2.1. <i>Quanto a Forma de Investimento</i>	12
2.2.2. <i>Quanto aos Objectivos do Investimento</i>	13
2.3. Tendências Mundiais do IDE	14
2.4. Os Determinantes dos Fluxos de IDE.....	17
2.4.1. <i>As Teorias Tradicionais do Investimento e o Retorno de Capital</i>	17
2.4.2. <i>A Teoria Neoclássica e os Retornos de Capital</i>	18
2.4.3. <i>O Paradoxo de Lucas</i>	19
2.4.4. <i>A Teoria HKC e as Vantagens das EMNs</i>	19
2.4.5. <i>Vernon e o Modelo do Ciclo de Produto</i>	20

2.4.6. <i>A Teoria Eclética de IDE de Dunning</i>	21
2.4.7. <i>As Vantagens de Localização do IDE</i>	22
2.5. O Impacto do IDE no Crescimento Económico da Economia Receptora	25
2.5.1. <i>O Aumento do Stock de Capital</i>	25
2.5.2. <i>A Promoção de Emprego</i>	26
2.5.3. <i>A Transferência de Tecnologia</i>	26
2.5.4. <i>O Desenvolvimento de Capital Humano</i>	27
2.5.6. <i>Aumento das Receitas Públicas</i>	28
2.5.7. <i>O Desenvolvimento de Infra-Estruturas</i>	29
2.5.8. <i>O Estabelecimento de Ligações e a Competição com as Empresas da Economia Receptora</i>	29
CAPÍTULO 3: O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE	31
3.1. A Evolução dos Fluxos do IDE em Moçambique de 1990 a 2007.....	31
3.2. O Crescimento do IDE em Moçambique.....	33
3.3. A Distribuição do IDE em Moçambique	37
3.3.1. <i>A Distribuição Sectorial do IDE e a Promoção de Emprego</i>	37
3.3.2. <i>A Distribuição Regional dos Projectos do IDE</i>	40
3.3.3. <i>Os Principais Investidores Estrangeiros em Moçambique</i>	42
CAPÍTULO 4: ESPECIFICAÇÃO DO MODELO	44
4.1. As Diferentes Abordagens dos Estudos Empíricos dos Determinantes do IDE....	44
4.2. Especificação do Modelo.....	47
4.2.1. <i>Descrição das Variáveis</i>	47
4.2.2. <i>O Modelo</i>	50
4.2.3. <i>O Processo de Estimação e a Colecta de Dados</i>	51
CAPÍTULO 5: OS DETERMINANTES DO IDE EM MOÇAMBIQUE	52
5.1. A Estimação e Interpretação dos Resultados do Modelo	52
CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA .60	
6.1. Conclusões.....	60
6.2. Implicações para a Política Económica	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXOS	69

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Stock Mundial do IDE em 2006, valores em 10^9 USD, preços correntes.....	16
Tabela 2 - O IDE em Moçambique 1990- 2007 (Valores em milhões de USD).....	32
Tabela 3 - Distribuição Sectorial do IDE (Valores Cumulativos de 1990 a 2007).....	38
Tabela 4- Distribuição Regional dos Projectos de IDE	41
Tabela 5 – Maiores Investidores Estrangeiros (Valores Cumulativos de 1990-2007)	43
Tabela 6 - Resumo das Estatísticas Descritivas das Variáveis Incluídas no Modelo	49
Tabela 7 – Resumo dos Resultados da Função de Regressão.....	52

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Fluxos Mundiais de IDE no período de 1990 a 2006.....	15
Gráfico 2 – Peso do IDE no PIB no período de 1990 a 2007	33
Gráfico 3 – Distribuição do IDE por Sectores (Valores Cumulativos de 1990 – 2007).....	40
Gráfico 4 – IDE por Províncias (Valores Cumulativos de 1990 – 2007).....	42

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

Introdução

Uma das principais características do mundo globalizado tem sido a do crescente encorajamento à difusão dos investimentos além fronteiras nacionais, na sua forma de IDE, realizados por empresas multinacionais (EMNs)¹, pois, muitas economias vêem a atracção destes investimentos como um elemento fulcral para as suas estratégias de desenvolvimento devido aos seus efeitos positivos para o crescimento económico. Segundo a OCDE (2002), o IDE é vital para o crescimento económico das economias receptoras, por promover a criação de postos de emprego directos e indirectos, a transferência de capital, a transferência e difusão de tecnologias modernas e mais limpas, a formação de capital humano, uma maior integração em cadeias de comércio e de produção a níveis regionais e mundiais e a promoção de um ambiente de negócios mais desenvolvido e competitivo.

Ao longo do período de 1990 a 2006, segundo o *World Investment Report (WIR)* de 2007, o IDE aumentou de um stock de USD 1,779.20 biliões em 1990 para um stock de cerca de USD 11,998.84 biliões em 2006, seis vezes maior que o stock de 1990. No entanto, este crescimento apresentou uma distribuição desigual pelos diferentes grupos de países receptores², sendo que os países em vias de desenvolvimento (PVDs) apesar da adopção de esquemas de incentivos fiscais e financeiros³, da existência de vantagens comparativas como a abundância de recursos naturais e o excesso de mão-de-obra barata beneficiaram de uma parcela muito reduzida dos fluxos mundiais do IDE. De acordo com

¹ A EMN representa uma empresa que possui instalações de produção no estrangeiro, em que pelo menos 25% do total do seu output é produzido fora do seu país de origem. (United Nations, apud Accoley, 2003). Contudo, seguindo o conceito de Machado (2005), ao longo do presente trabalho as EMNs serão definidas como as empresas que realizam o IDE e que controlam e gerem estabelecimentos produtivos ou outras actividades de valor acrescentado para além das fronteiras do seu país de origem.

² Ao longo do trabalho, os termos economias receptoras, economias hospedeiras e países receptores terão o mesmo significado e serão utilizados de forma indiferente.

³ Segundo Mwilima (2003), os incentivos fiscais referem-se as reduções fiscais, as fêrias fiscais, as excepções nos direitos e limites de importação e os incentivos financeiros podem ser a concessão de capital inicial e realização de empréstimos.

o WIR (2007)⁴, do stock mundial do IDE realizado até ao ano de 2006, a maior parte destinou-se aos países desenvolvidos com cerca de 70.46%, seguidos pelos PVDs com cerca de 26.3% e finalmente os países do sudeste da Europa e as economias em transição com cerca de 3.24%. O continente africano foi a região mais desfavorecida com apenas cerca de 2.63% em relação aos stocks mundiais de IDE e 10% em relação aos stocks destinados as economias subdesenvolvidas até ao ano de 2006.

Devido ao notório crescimento dos fluxos mundiais do IDE e a sua distribuição desigual pelos diferentes países e regiões, as economias menos desenvolvidas, por sinal as mais desfavorecidas na recepção de projectos de IDE, têm estado a envidar esforços para a análise dos factores que promovem maior atracção do IDE e de políticas económicas a adoptar para promover tais factores de modo que possam beneficiar de um maior afluxo destes investimentos para as suas economias. A ideia clássica de que os fluxos de investimento privados externos tenderão a fluir para os países que ofereçam maiores retornos de capital e possuem vantagens comparativas tem revelado um fraco poder de explicação da racionalidade por detrás do IDE. Um conjunto de pesquisas teóricas e empíricas dos determinantes dos investimentos estrangeiros demonstraram que as características específicas do país receptor como a estabilidade macroeconómica e política, o nível de capital humano, a qualidade das infra-estruturas, a abertura ao comércio internacional, o tipo de instituições e o ambiente de negócios são preponderantes para a localização dos projectos do IDE.

No entanto, segundo Lall (2000) não basta apenas atrair grandes fluxos de IDE, é necessário olhar para a qualidade dos seus projectos, pois, estes podem originar *trade-offs* entre os benefícios e os objectivos de desenvolvimento dos países hospedeiros, visto que, um grande fluxo de IDE para além de oferecer benefícios para o desenvolvimento, pode acarretar alguns custos como o *crowding out* das empresas locais, deterioração dos saldos da balança de pagamentos (BOP) através do aumento da importação de bens, equipamentos e maquinaria, a repatriação dos lucros para os países de origem do

⁴ Para mais detalhes, ver a tabela *online* do Relatório Mundial de Investimento (WIR) do ano de 2007 da UNCTAD e/ou ver tabela 1.2 do anexo I.

investidor e reembolsos de empréstimos internacionais. Portanto, as economias que desejam atrair maiores fluxos do IDE para estimular as suas estratégias de crescimento económico devem olhar com cautela para o desenho de políticas económicas de forma a atrair não apenas maior quantidade de fluxos, mas também atrair o IDE numa base diversificada, em termos de qualidade dos projectos, de forma a maximizar os seus benefícios e minimizar os custos inerentes a estes projectos.

Os dados da BOP do Banco de Moçambique (BM) realçam que Moçambique tem vindo a beneficiar de um fluxo crescente de IDE, de um stock de USD 24.80 milhões em 1990, passou para um stock de cerca de USD 2,950 milhões em 2007. Este crescimento esteve associado em grande parte à adopção dos programas de privatização e a realização de grandes projectos, colocando o país em lugares de destaque no grupo de países receptores do IDE a nível da África Austral e até mesmo ao nível de África. Contudo, a continuidade da tendência ascendente dos fluxos de IDE e a garantia de uma base mais diversificada destes projectos para a economia moçambicana a médio e longo prazo mantêm-se um enigma. Para Castelo Branco (2002) o IDE em Moçambique, em especial os mega-projectos, são excessivamente concentrados do ponto de vista sectorial e regional e dos interesses que representam, bem como, das pressões e oportunidades económicas e sociais que promovem, portanto, o IDE ainda não fornece uma alternativa eficiente e sustentável para ampliar a base de desenvolvimento e a persistência do crescimento económico em Moçambique. A realização de projectos de IDE no país, vem dando lugar à uma série de preocupações relacionadas com a continuidade destes fluxos e de como adoptar políticas económicas de forma a atrair maior quantidade e melhor qualidade de projectos do IDE, levantando desta forma, a seguinte questão: *Quais os factores macroeconómicos que explicam a atracção dos fluxos de IDE em Moçambique?*

Como forma de dar um contributo na resposta a pergunta acima mencionada, o presente trabalho efectua a estimação dos determinantes macroeconómicos dos fluxos de IDE em Moçambique no período de 1990 a 2007 de forma a permitir uma melhor caracterização do IDE no país e possibilitar a recomendação de políticas económicas adequadas que garantam a continuidade da tendência ascendente dos seus fluxos a médio e longo prazo.

1.2. Hipóteses

Para responder a questão colocada, o trabalho concentrar-se-á na estimação dos determinantes do IDE em Moçambique, orientando-se pelas seguintes hipóteses:

H₁: A adopção de incentivos fiscais e a dotação de recursos naturais são os factores que explicam a atracção do IDE em Moçambique;

H₂: Os incentivos fiscais e a dotação de recursos naturais, não são os factores que explicam a atracção dos projectos de IDE em Moçambique, mas sim, outros factores como o crescimento económico, a adopção de políticas que garantam a estabilidade macroeconómica e a intervenção do Estado na economia.

H₃: A qualidade do capital humano, o estado das infra-estruturas e a abertura comercial são os factores que explicam a atracção do IDE em Moçambique e não os incentivos fiscais e a dotação de recursos naturais.

1.3. Objectivos

Para que os PVDs, particularmente os países africanos, consigam reduzir os níveis de desemprego e pobreza e financiar altas taxas de crescimento económico, é necessário, mas não suficiente, que atraíam o capital estrangeiro, especialmente na forma menos volátil, que é o IDE (Jenkins e Thomas, 2002). Deste modo, os objectivos deste trabalho dividem-se nos seguintes:

1.3.1. Objectivos Gerais

- Estimar os elementos macroeconómicos que contribuem para uma maior atracção do IDE na economia moçambicana no período de 1990 a 2007;
- Identificar as implicações de política económica que assegurem uma maior atracção dos projectos de IDE a médio e longo prazo.

1.3.2. Objectivos Específicos

- Analisar a evolução e as tendências dos fluxos de IDE em Moçambique no período de 1990 a 2007;
- Descrever o IDE em Moçambique, em termos de composição sectorial, promoção de emprego directo, distribuição regional e origem dos principais investidores;
- Identificar as principais áreas de acção que contribuem para a maior atracção de projectos de IDE para a economia moçambicana;

1.4. Justificativa

Para a OCDE (2001), o IDE é uma importante fonte de financiamento das necessidades de capital doméstico das economias hospedeiras em comparação com as outras formas de fluxos de capital privado como, os investimentos de carteira e o endividamento externo, pelo facto de ser mais estável e proporcionar uma série de benefícios para o crescimento económico. O estudo dos determinantes do IDE não é apenas um tema académico, mas um tema transversal, pois, o IDE em si acarreta efeitos para o crescimento e o desenvolvimento económico.

Entretanto, a adopção de medidas de política económica adequadas para uma maior atracção de projectos de IDE tem sido um dos maiores desafios das economias que pretendam financiar o seu crescimento económico através de investimentos das EMNs. Os estudos de períodos e países específicos dos determinantes de IDE revelam-se fulcrais para o delineamento destas medidas de política económica. Nos PVDs em geral e em África em particular, a preocupação de indagar os determinantes do IDE revela-se ainda maior devido a escassez de capital privado nacional que se verifica na maioria destes países. Para Ayanwale (2007), a maioria dos estudos dos determinantes do IDE nos PVDs em geral e na África Sub-Sahariana em particular realizaram análises de um grupo de países, porém, as evidências recentes mostram que a relação dos determinantes do IDE depende do país e do período em análise, pois, do mesmo modo que os determinantes do IDE de uma certa região diferem dos determinantes de uma outra região, os

determinantes do IDE de um determinado país numa certa região também podem diferir dos determinantes de um outro país na mesma região, e podem diferir também de um período para o outro.

Em Moçambique, muitas pesquisas tem vindo a ser desenvolvidas a nível nacional e internacional de forma a analisar e caracterizar o IDE que se destina ao país e os seus efeitos para a economia nacional, principalmente após a realização dos grandes projectos o que revela um grande interesse pelo tema. Todavia, em tais pesquisas, poucos tem sido os estudos que estimam, recorrendo a métodos econométricos, os determinantes do IDE que afluem para o país através de uma análise específica do país num determinado período.

O presente estudo visa contribuir para a análise do IDE em Moçambique através da estimação dos seus determinantes macroeconómicos num período de 17 anos (1990 a 2007) recorrendo a uma abordagem econométrica com base nos princípios de um Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL). A escolha de 1990 como o ano de início da análise deveu-se em parte pelo facto de ter sido através de Constituição de 1990 que foram criadas as bases legais apropriadas para o IDE em Moçambique e devido a disponibilidade de dados sistematizados das variáveis incluídas no processo de estimação. A escolha do tema foi influenciada pela crescente pesquisa existente sobre os principais determinantes do IDE não só a nível de Moçambique, como a nível dos PVDs e do mundo em geral, e também, pelo contexto vivido em Moçambique onde as questões de como manter o crescimento económico do país de forma a atingir um maior bem estar das populações locais, associado a escassez do capital privado nacional elevam o IDE a categoria de um dos principais vectores para a prossecução destes objectivos.

1.5. Metodologia

A metodologia empregue para dar corpo ao trabalho engloba a combinação de uma análise qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa é resumida numa pesquisa documental e bibliográfica para a contextualização do tema em estudo, onde foi feita a

recolha de publicações e documentos a nível internacional, em instituições como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o *National Bureau of Economic Research* (NBER) e o *African Economic Research Consortium* (AERC) e a nível nacional, em instituições como o Centro de Promoção de Investimentos (CPI), o Banco de Moçambique (BM) e em algumas publicações realizadas por pesquisadores da área no país.

A abordagem quantitativa é composta por duas partes. A primeira parte, refere-se a utilização das estatísticas descritivas baseadas numa análise combinada das bases de dados dos fluxos e projectos de IDE no país, compiladas pelo BM e pelo CPI para permitir a caracterização do IDE em Moçambique no período em análise. A segunda parte cingisse na utilização de princípios econométricos de um MCRL para efectuar a estimação dos principais determinantes dos fluxos trimestrais de IDE na economia moçambicana recorrendo a metodologia dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQOs) e a utilização do pacote informático MICROFIT 4.1.

1.6. Estrutura do Trabalho

O presente trabalho de pesquisa é regido por seis capítulos. O capítulo 1 trata dos aspectos introdutórios do trabalho; (ii) o capítulo 2, cingisse a revisão de literatura do tema em estudo, onde é realizada a revisão dos conceitos do IDE, seguida pela descrição dos seus tipos de projectos e das tendências mundiais dos seus fluxos, para em seguida evidenciar algumas das diferentes teorias que explanam os determinantes do IDE e culmina com a apresentação das implicações do IDE para o crescimento económico das economias receptoras;

(iii) o capítulo 3 analisa o IDE em Moçambique, realizando uma descrição da evolução dos seus fluxos para a economia moçambicana no período de 1990 a 2007 e identificando as possíveis razões do crescimento destes fluxos, o capítulo segue com a caracterização dos projectos de IDE no país, ilustrando a distribuição sectorial, a promoção de emprego

directo, a distribuição regional e a identificação dos principais países de origem dos investidores directos; (iv) o capítulo 4 descreve as abordagens utilizadas nos estudos empíricos dos determinantes do IDE e efectua a especificação do modelo utilizado no presente trabalho para estimar os determinantes do IDE, descrevendo as variáveis utilizadas, o modelo, o processo de estimação e a colecta de dados trimestrais;

(v) o capítulo 5 apresenta os resultados obtidos pelo processo de estimação e interpreta as relações encontradas; (vi) o capítulo 6 descreve as conclusões do trabalho e desenvolve algumas implicações para a política económica para uma maior atracção dos projectos de IDE no país.

CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Enquadramento Teórico: O Conceito de IDE

O conceito do IDE vem sofrendo ao longo dos tempos reformulações pelo facto de os agentes económicos não residentes possuírem novas formas de conservar os seus activos nas economias nacionais e para determinar quais destas formas constituem o IDE depende da abordagem atribuída ao conceito.

Um das formas de definir o IDE é através do conceito do Sistema das Contas Nacionais das Nações Unidas apud Lipsey (2001), segundo o qual, os projectos de IDE englobam o conjunto de empresas controladas pelos não-residentes, denominadas por empresas subsidiárias, quando os proprietários não-residentes possuem mais de 50% do capital social e as empresas associadas em que os investidores não-residentes possuem entre 10 a 50% do capital social, que podem ser incluídas neste conceito somente perante uma avaliação qualitativa do controle de propriedade de investidores estrangeiros. Para Lipsey (2001) a avaliação qualitativa do controle de propriedade implica uma abordagem microeconómica do IDE, na medida em que analisa as relações das empresas resultantes do IDE no comércio internacional, nível de emprego, produção, e os fluxos e stocks de capital intelectual, aspectos que não são mensurados na (BOP). É considerada uma das abordagens que procura analisar de forma combinada os aspectos quantitativos e qualitativos do IDE na economia de origem do investidor e na economia hospedeira, contudo, é pouco utilizada e difícil de mensurar.

Por outro lado, a OCDE (2007), classifica o IDE como o investimento que reflecte o objectivo de estabelecer um interesse duradouro de uma empresa ou indivíduo(s) numa certa economia (o investidor directo) numa empresa (a empresa do investimento directo) residente numa economia distinta da do investidor directo. O interesse duradouro implica a existência de uma relação de longo prazo entre o investidor directo e a empresa do investimento directo e um significativo grau de influência na gestão da empresa, que é

materializada através de uma participação de mais 10%⁵ do investidor directo no capital social da empresa de investimento directo em outra economia⁶.

Lipsey (2001), classifica o conceito da OCDE como uma *abordagem macroeconómica* do IDE, que o analisa como uma forma particular de fluxos de capital privado que atravessa as fronteiras nacionais, dos países de origem do investidor, para os países hospedeiros. É a abordagem utilizada pelas estatísticas da BOP, em que as principais variáveis de interesse são os fluxos de capital, o valor do stock de capital que é acumulado pelas empresas investidoras e os fluxos de rendimentos resultantes destes investimentos. Apesar de ser a abordagem mais frequente e de fácil mensuração relativamente a abordagem microeconómica, peca pelo facto de estabelecer apenas uma relação quantitativa para a definição do conceito do IDE, sem olhar para os aspectos qualitativos das relações microeconómicas estabelecidas pelas empresas resultantes do IDE.

De acordo com a definição da OCDE distinguem-se as seguintes empresas resultantes do IDE: (i) *Empresas Subsidiárias* – as que estão incorporadas no país hospedeiro do IDE, em que um ou um grupo investidores não-residentes possuem mais de 50 % do capital social da empresa e o direito de indicar ou remover a maioria dos membros do corpo administrativo, de gestão e de supervisão; (ii) *Empresas Associadas* - as que um ou um grupo de investidores não-residentes possuem mais de 10% e menos de 50 % do capital social da empresa e (iii) *Sucursais* – as que são não agregadas, total ou conjuntamente detidas por um ou um grupo de investidores ou empresas não-residentes em que se enquadram: um estabelecimento permanente ou um escritório do investidor directo; uma *joint venture* entre o investidor directo e terceiros; terra, infra-estruturas (excepto as de propriedade governamental), equipamento imobilizado e outros objectos de propriedade directa do investidor directo e equipamento mobilizado como navios, aviões e outros

⁵A implementação dos 10%, serve como limite para distinguir o IDE do investimento de carteira, definido pela BOP do Banco de Moçambique (2007) como o investimento ligado a aquisição, venda e amortização de títulos.

⁶ Para a OCDE (2002), a presença de uma “voz efectiva na gestão”, testemunhada pela propriedade de pelo menos 10%, implica que o investidor directo tem capacidade para influenciar a gestão da empresa, ou participar nela; não se exige controlo absoluto pelo investidor estrangeiro.

operando num país diferente do país de origem do investidor estrangeiro num período de pelo menos um ano.

Entretanto, WIR (2007) salienta ainda que, os investidores directos estrangeiros, podem obter influência na gestão de negócios sem adquirir participação no capital social das empresas resultantes de IDE, através de subcontratação, contractos de gestão, acordos de *turnkey*, *franchising*, concessão de patentes, licenciamento e participação em produtos, alargando desta forma os conceitos do IDE. Contudo, os dados destes tipos de investimento não são adequadamente mensurados na BOP como operações do IDE.

Como forma de standardização, associada a dificuldade de mensurar os aspectos microeconómicos do conceito do IDE, o presente trabalho segue o conceito operacional da BOP do BM (2007), que classifica o IDE em Moçambique, como o conjunto de operações entre dois agentes económicos onde exista a detenção por parte de cada investidor directo não residente de pelo menos 10% do capital social da empresa de investimento directo residente. A semelhança do conceito da OCDE, o conceito do BM engloba apenas uma análise quantitativa dos fluxos de IDE, sem enquadrar indicadores que permitem constatar as relações microeconómicas das empresas resultantes dos projectos destes investimento, mas, por outro lado, detém o mérito de indicar periodicamente os montantes que realmente foram desembolsados pelos investidores directos estrangeiros na economia moçambicana, na medida em que estes o declaram ao BM⁷.

2.2. Os Tipos de IDE

A realização dos projectos de IDE está longe de ser uniforme, o que muitas das vezes dificulta a sua mensuração clara e exacta, no entanto, estes projectos podem ser resumidos nos seguintes tipos:

⁷ Os dados sobre o investimento directo estrangeiro são obtidos através de inquéritos às empresas que operam ao abrigo da lei de Investimento Estrangeiro e através dos registos efectuados pelas empresas de IDE junto ao BM-Departamento Estrangeiro. (Banco de Moçambique, 2007)

2.2.1. Quanto a Forma de Investimento

A OCDE (2007) distingue os seguintes tipos:

O Investimento Novo (Greenfield Investments) – os investimentos em novas instalações e escalas de produção e na expansão das já existentes. É o investimento preferido pelas economias receptoras do IDE, principalmente as dos PVDs, pelas suas potencialidades de aumentar a capacidade produtiva resultante da expansão do capital, criar novos postos de emprego, permitir a transferência e difusão de tecnologias avançadas e do “*know-how*”, promover ligações com os mercados globais de insumos e de produtos finais garantindo de forma directa um progresso no desempenho económico do país receptor.

As Fusões e Aquisições (F&A) - os investimentos realizados de forma a transferir parte ou a totalidade dos direitos de propriedade de uma empresa residente numa dada economia para os investidores não-residentes. Incluem-se neste tipo de investimento, as transacções de empresas públicas e privadas, de oferta pública, aquisição em mercado aberto, permuta de acções, privatização, aquisição reversiva, colocação de acções, recapitalização e aquisição de participações maioritárias. Apesar de não possuir efeitos directos similares ao do investimento novo, Wong e Adams (2002), defendem que as *F&A* são importantes em casos das privatizações quando não existem compradores domésticos para as empresas públicas, no resgate de empresas com sérios problemas financeiros e na reestruturação e reorganização das empresas com vista a incrementar o seu desempenho e competitividade.

Lucros Reinvestidos – consistem nos lucros não distribuídos aos investidores directos estrangeiros que são reinvestidos na empresa de investimento directo. Estes lucros provém das participações do investidor não-residente nas empresas do investimento estrangeiro, abrangem os dividendos das empresas subsidiárias, associadas e das sucursais que não são reemitidos para o investidor directo.

Outras Formas de Investimento Directo de Capital - (transacções de empréstimos inter empresas) - cobre as transacções de empréstimos líquidos, incluindo os créditos comerciais (de curto prazo), adiantamentos e contribuições para a composição de capital sem direito a voto entre os investidores directos e as empresas de investimento directo e entre duas empresas de investimento directo que partilham o mesmo investidor directo.

2.2.2. *Quanto aos Objectivos do Investimento*

Brewer (1993) apud Amal e Seabra (2007), distingue os seguintes projectos do IDE:

Projectos a Procura de Mercados – denominado por IDE Horizontal⁸ referem-se aos projectos realizados com a intenção de atender a procura dos mercados internos dos países hospedeiros do IDE e dos países vizinhos, em que, geralmente, os investidores procuram reduzir os custos de transacção, de transporte para estes mercados e ultrapassar as restrições comerciais. Notabilizam-se por ter um efeito directo de substituição de importação e criação de comércio doméstico quando as empresas instaladas adquirem produtos intermediários do país receptor. (Rugman e Verbeke, 1992 apud Amal e Seabra, 2007).

Projectos a Procura de Eficiência – denominados por IDE Vertical⁹ referem-se aos investimentos orientados para a busca de menores custos de produção, ou seja, os projectos realizados com a intenção de obter a racionalização da estrutura produtiva de maneira a aproveitar os benefícios de economias de escala e escopo possibilitadas pela gestão unificada de actividades produtivas geograficamente dispersas, onde são exploradas as vantagens comparativas de cada unidade de produção. Este tipo de projecto

⁸ Segundo Bjorvatn et al (2001) o IDE horizontal surge do facto das EMNs produzirem o mesmo produto através de múltiplas plantas de produção geograficamente espalhadas, de modo a servir os diversos mercados locais através das suas empresas filiadas localizadas nesses mercados ao invés de o fazerem por meio de exportações do país de origem das EMNs;

⁹ Este tipo de IDE é designado por vertical pelo facto de envolver uma descentralização geográfica dos diferentes estágios de produção das EMNs, onde as empresas filiadas do IDE nos países pobres normalmente produzem bens intermediários intensivos em trabalho que depois são conduzidos para os países de origem do investidor directo para os estágios finais de produção que normalmente são intensivos em capital (Bjorvatn et al, 2001).

é criador de comércio ao nível da empresa, na medida em que reflecte uma estratégia das EMNs baseada na racionalização das suas operações produtivas e comerciais e a especialização de suas empresas filiadas dentro de uma rede única de negócios internacionais.(Rugman e Verbeke, 1992, apud Amal e Seabra, 2007).

Projectos a Procura de Recursos – projectos com o interesse de ter acesso a matérias-primas, mão-de-obra e todos outros factores de produção à custos relativamente baixos e em maiores quantidades de oferta que sejam mais eficientes em relação aos que possam ser adquiridos no país de origem do investidor directo. Estes projectos são mais frequentes nos PVDs e geralmente são associados ao desenvolvimento de actividades de exportação de produtos intensivos em recursos disponíveis nos países receptores.

Projectos a Procura de Activos - referem-se aos projectos realizados com o objectivo de garantir a obtenção de sinergias com um conjunto de activos estratégicos através de uma estrutura de propriedade comum para actuar em mercados regionais ou globais. Geralmente, estes activos estratégicos das empresas estrangeiras são obtidos através da instalação de novas plantas fabris, fusões, aquisição ou operações de *joint ventures* além fronteiras nacionais¹⁰.

2.3. Tendências Mundiais do IDE

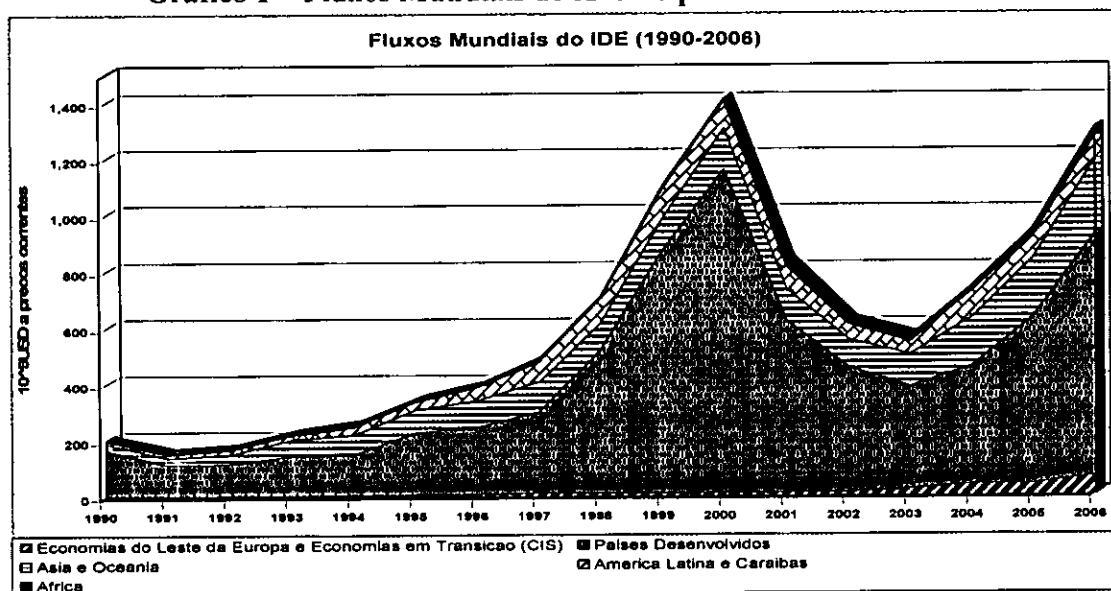
A realidade mundial testemunha que o período de 1990 a 2006 foi marcado por um significativo crescimento dos fluxos do IDE. Segundo Awad (2006), a globalização das economias contribuiu para uma maior expansão dos projectos de IDE. Este período notabilizou-se pela abertura das fronteiras nacionais para a entrada de investimentos privados estrangeiros em grande parte das economias através da adopção de políticas de liberalização de comércio internacional e da entrada de fluxos de capitais. Porém, como

¹⁰ Segundo Amal e Seabra (2007) é classificado como um investimento tático que tem como objectivo adquirir novos activos produtivos e evitar a perda de um activo produtivo para o competidor. Um dos exemplos citados por estes autores é o caso de um produtor de petróleo, que mesmo não precisando de uma reserva adicional de petróleo no presente, pode adquiri-la de modo a prevenir que um competidor seu a detenha.

mostra o gráfico 1, a tendência dos fluxos do IDE nem sempre foi contínua e crescente e a sua distribuição pelos diferentes grupos de economias não foi uniforme e equilibrada.

Os fluxos mundiais de IDE para as economias receptoras aumentaram de cerca de USD 201.59 biliões em 1990 para cerca de USD 1,305.85 biliões no ano de 2006. Em 2000, o IDE registou o valor mais alto ao longo do período em referência de cerca de USD 1,411.36 biliões. De acordo com o WIR (2001) este comportamento esteve associado a forte expansão da produção internacional das EMNs, onde neste ano existiam cerca de 60,000 EMNs que detinham cerca de 820,000 empresas filiadas em vários países do mundo.

Gráfico 1 – Fluxos Mundiais de IDE no período de 1990 a 2006



Fonte: UNCATD, World Investment Report, 2007, Base de Dados Online

O pico de 2000 foi seguido por uma tendência decrescente dos fluxos do IDE em que registou-se um decréscimo de 41%, 26% e 10% durante os anos de 2001, 2002 e 2003 respectivamente. Para a UNCATD apud Awad (2006) o abrandamento económico das principais economias mundiais, como os EUA, a União Europeia e o Japão, as baixas expectativas de recuperação dessas economias, as reduções dos programas de privatização e as baixas expectativas de lucros dos principais investidores justificavam este comportamento. Os anos de 2004 a 2006 caracterizaram-se por uma retomada da

tendência crescente dos fluxos do IDE, chegando a atingir o valor de USD 1,305.85 bilhões, muito próximo do recorde do ano de 2000. Segundo WIR (2007) este crescimento é explicado principalmente pela expansão do IDE na forma de F&A que foi realizado maioritariamente de e para os países desenvolvidos com especial atenção para os países da Europa como a Inglaterra, Alemanha, Holanda e França.

Apesar das flutuações verificadas, os fluxos de IDE notabilizaram-se por um crescimento significativo revelando uma verdadeira intenção de expansão da produção das EMNs a nível internacional. Contudo, esta tendência crescente, não foi distribuída de forma equilibrada e uniforme para os diferentes grupos de economias receptoras. Os países desenvolvidos destacaram-se como a principal origem e destino dos fluxos de IDE.

O stock mundial do IDE, como ilustra a tabela 1, até ao ano de 2006 totalizou USD 11,998.85 bilhões, dos quais, 70.46% foram realizados nos países desenvolvidos, o que representa USD 8,453.85 bilhões, e somente USD 3,155.86 bilhões foi destinado aos PVDs, que representa 26.3%, em que os países asiáticos receberam aproximadamente 61% do total do stock do IDE destinado aos PVDs. As economias do leste e as economias em transição receberam 3.24% do total do stock mundial do IDE e o continente africano foi a região mais desfavorecida com apenas 2.63% dos stocks mundiais do IDE, o que totaliza USD 315.13 bilhões e cerca de 10% do total de stocks destinados aos PVDs.

Tabela 1 - Stock Mundial do IDE em 2006, valores em 10⁹ USD, preços correntes

Descrição	Valores	% em relação ao Mundo	% em relação aos PVDs
Mundo	11,998.84	100.00	
Países Desenvolvidos	8,453.85	70.46	
PVDs	3,155.86	26.30	100.00
Africa	315.13	2.63	9.99
América Latina e as Caraíbas	908.57	7.57	28.79
Ásia e Oceânia	1,932.15	16.10	61.22
Economias da Europa do Leste e em Transição (CIS)	389.13	3.24	

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de UNCTAD, *World Investment Report 2007*

Para a OCDE (2002), os PVDs em geral e África em particular, apesar de oferecerem elevadas taxas de retorno dos investimentos devido a existência de recursos naturais,

baixo custo da força de trabalho e a provisão de facilidades fiscais e financeiras, beneficiam de uma parcela reduzida dos fluxos mundiais do IDE por oferecerem entraves para os investidores estrangeiros como: (i) sistemas fiscais onerosos; (ii) instabilidade macroeconómica; (iii) existência de instituições que não garantem a devida protecção dos direitos de propriedade dos investidores estrangeiros; (iv) má qualidade dos serviços públicos, caracterizados por excesso de burocracia e práticas de corrupção; (v) ocorrência de conflitos armados que destroem o capital físico; (vi) práticas de medidas proteccionistas no comércio internacional; (vii) pequena dimensão dos mercados domésticos; (viii) mau estado de infra-estruturas e (ix) fraco desenvolvimento do capital humano.

A tendência dos fluxos do IDE e a explicação das razões pelas quais estes não se destinam aos PVDs, em particular ao continente africano, realçam o facto de que as vantagens comparativas, como a existência de recursos naturais e o baixo custo da mão-de-obra não são factores suficientes para explicar as motivações da realização e escolha do destino dos projectos do IDE.

2.4. Os Determinantes dos Fluxos de IDE

As teorias económicas tem vindo a levantar distintas hipóteses para explicar a racionalidade dos fluxos do IDE como a procura de maiores retornos dos projectos de investimento, as vantagens comparativas, as falhas de mercado, a maior eficiência na produção, a necessidade de internacionalização da produção, os ciclos dos produtos, as estratégias corporativas do investidor directo e os factores de localização das economias receptoras.

2.4.1. As Teorias Tradicionais do Investimento e o Retorno de Capital

As teorias tradicionais do investimento centralizam-se na assumpção de que os fluxos do IDE são determinados pelo diferencial dos retornos dos projectos de investimento, sendo que os investimentos tenderiam a fluir de países com baixas taxas de juro e lucro para

países com elevadas taxas e juro e de lucros (Amal e Seabra, 2007). Ohlin (1933) apud Nonnenberg e Mendonça (2004) argumentou que os investimentos directos externos eram motivados principalmente pela possibilidade de obtenção de altas taxas de lucro em mercados em crescimento, facilitados pela possibilidade de financiá-los a taxas de juros relativamente reduzidas no país de origem do investidor, e constituíam também um factor determinante a necessidade de transpor as barreiras comerciais e garantir fontes de matérias-primas a um menor custo.

2.4.2. A Teoria Neoclássica e os Retornos de Capital

Para os economistas neoclássicos baseados no modelo de crescimento de Solow-Saw desenvolvido em 1957, sendo dado o estado da tecnologia¹¹ os fluxos de capitais tenderiam a fluir de países com abundância de capital, que auferem baixos retornos de capital pelo facto de a sua produtividade ser menor, para os países com baixos níveis de capital, em que os retornos do capital traduzidos pela sua produtividade marginal serão maiores devido a escassez de capital. Deste modo, os investimentos externos seriam realizados por investidores de países com um elevado stock de capital para países com baixo stock de capital e intensos em mão-de-obra e recursos naturais onde teriam benefício de maiores retornos, realçando o papel fulcral das vantagens comparativas das economias receptoras.

Contudo, a teoria neoclássica revelou um fraco poder de explicação dos determinantes do IDE, visto que, as evidências empíricas demonstraram que os fluxos de capital, apesar de se verificar um crescimento dos fluxos dos países mais desenvolvidos para os países em desenvolvimento, continuam a registra-se com maior incidência, de e para países desenvolvidos com elevados níveis de stocks de capital. Por outro lado esta teoria não detinha nenhum poder de explicação para a persistência e crescimento dos fluxos de capitais no longo e longuíssimo prazo, pois assume que os fluxos de capitais ocorrerão

¹¹ Em seu modelo, Solow admitiu que a tecnologia era determinada de forma exógena ao modelo e possuía um carácter público, de modo que todos os países teriam acesso a tecnologia.

até que os países atinjam o seu equilíbrio do estado estacionário¹², onde, depois de alcançado este equilíbrio os retornos de capital nos diferentes países tendem a igualar.

2.4.3. O Paradoxo de Lucas

Lucas (1990) apud Alfaro et al (2005) comparou os fluxos de capital nos Estados Unidos de América (EUA) e a Índia em 1988, e verificou que se o modelo neoclássico fosse válido, a produtividade do capital na Índia deveria ser 58 vezes superior a dos EUA, e os fluxos de capital deveriam fluir para a Índia, mas tal facto não se verificava. Lucas concluiu que as suposições da teoria neoclássica não se constatavam e argumentou que outros factores poderiam determinar os fluxos de capital entre as nações, para além dos retornos do capital, como: (i) a dotação de factores de produção, caracterizados pela existência de capital humano¹³ e recursos naturais a um custo relativamente baixo; (ii) a qualidade das políticas governamentais, realçando a estabilidade macroeconómica, a estrutura tributária e a lei do trabalho; (iii) a estrutura e qualidade das instituições, capazes de garantir e proteger os direitos de propriedade privada e (iv) factores resultantes das imperfeições dos mercados internacionais de capitais como a assimetria de informação e os constrangimentos nos fluxos internacionais de capitais causados pelo risco soberano¹⁴.

2.4.4. A Teoria HKC e as Vantagens das EMNs

Outra maneira de pensar no IDE é evidenciada nos trabalhos de Hymer (1960), Kindleberger (1969) e Caves (1971), que mais tarde veio a ficar conhecida como a

¹² No modelo de Solow, o estado estacionário representa o equilíbrio de longo prazo da economia, em que há um único stock de capital, onde o investimento iguala a taxa de depreciação do capital, o stock de capital não variará e o acréscimo do capital apenas pode ser explicado pelo progresso tecnológico, considerando todos os outros factores constantes. (Mankiw, 2002)

¹³ Para Lucas apud Alfaro (2005), o capital humano refere-se à existência de factor trabalho qualificado, capaz de absorver e utilizar as novas técnicas e tecnologias de produção com uma relativa facilidade.

¹⁴ O risco soberano é definido como as situações em que um soberano (estado), não cumpre com os contratos de empréstimo com os não residentes, quando o soberano impõe limites para os activos dos não residentes dentro das suas fronteiras e quando impõem limites de transacções internacionais de capital que impedem que os residentes cumpram com a totalidade das suas obrigações com contratantes não-residentes. (Alfaro et al, 2005)

Teoria HCK que salientava que aspectos como as falhas de mercado, as vantagens de propriedade das EMNs e a necessidade de internacionalização da produção. (Nonnenberg e Mendonça, 2004). Para estes autores, as EMNs investem em mercados estrangeiros em que possuem desvantagens ao competir com as firmas locais, devido a dificuldades em conhecer as dinâmicas dos mercados domésticos e o ambiente de negócios, porque possuem algumas vantagens compensatórias e desejam internacionalizar a sua produção. As EMNs irão preferir atender os mercados externos por meio de IDE ao invés de exportações ou concessão de licenças para as empresas domésticas desses mercados, quando acharem estas alternativas mais custosas e beneficiarem de vantagens como: (i) capacidade de realizar a concorrência imperfeita no mercado de bens e serviços finais oferecendo produtos diferenciados de qualidade superior e nos mercados de factores por deterem facilidades no acesso a nível internacional à esses mercados, maior acesso as fontes de capitais e diferenças significativas na atracção e retenção de capacidades; (ii) o benefício de economias de escala internas e externas; (iii) maior capacidade de negociação face às políticas governamentais (iv) maior facilidade de ultrapassar as barreiras comerciais como as restrições de importações.

Para Kindleberger (1969) e Caves (1971) apud Nonnenberg e Mendonça (2004) para além das vantagens compensatórias, a ocorrência de falhas de mercado como a existência de oligopólios e concorrência monopolista, vão atrair ainda mais as EMNs, devido a possibilidade de obtenção de maiores lucros.

2.4.5. Vernon e o Modelo do Ciclo de Produto

Vernon (1966) apud Nonnenberg e Mendonça (2004) realça o modelo do ciclo do produto¹⁵ como um factor determinante do IDE, segundo o qual, as inovações são actividades poupadoras de mão-de-obra e intensivas em capital. As inovações surgem

¹⁵ A teoria de Vernon tenta explicar as razões da mudança da produção de novos produtos intensivos em capital e poupadores de trabalho dos EUA para os outros países. O autor assumiu que os empresários americanos desejam produzir esses produtos primeiro no mercado doméstico e não no estrangeiro, pelo facto de estes produtos ainda não se encontrarem padronizados, o que faz com que o produtor necessite de produzi-lo num local onde as comunicações com o seu ambiente económico seja fácil, tenha fácil acesso aos os pesquisadores, clientes, fornecedores e os seus competidores directos.(Accolley, 2003).

maioritariamente em países intensivos em capital e paulatinamente vão sendo deslocadas para os países menos intensivos em capital e finalmente para os países em desenvolvimento, e ao mesmo tempo, a produção nos países intensivos em capital vai sendo reorientada para novas inovações. Neste âmbito, o processo da disseminação das EMNs é concebido de acordo com uma sequência de estágios. As empresas iriam inicialmente produzir a nível do mercado doméstico até que consigam garantir a estandardização do produto inovador, a medida que a procura do produto vai aumentando, elas iriam atender os mercados estrangeiros através da exportação para, posteriormente, estabelecer representantes comerciais no estrangeiro e finalmente começar a produzir nos mercados de destino por meio de empresas filiadas.

2.4.6. A Teoria Eclética de IDE de Dunning

Em 1979, John Dunning desenvolveu uma teoria que reunia as hipóteses levantadas de forma a criar uma teoria global dos determinantes dos fluxos de IDE, que ficou conhecida como a *Teoria Eclética do IDE de Dunning ou a Abordagem do OLI (Ownership, Location e Internalization)*, segundo a qual, os determinantes do IDE dividiam-se em três grandes categorias, as *Vantagens de Propriedade (Ownership Advantages)*, as *Vantagens de Localização (Location Advantages)* e as *Vantagens de Internalização (Internalization Advantages)*. (Neary, 2007)

Para Dunning apud OCDE (2001), as vantagens de propriedade das EMNs referem-se ao conjunto de posses das EMNs que as permitem competir em mercados estrangeiros apesar da falta de conhecimento das dinâmicas dos mercados domésticos e dos custos de instalar uma empresa filiada. Estas vantagens referem-se ao uso de tecnologias e capacidades de gestão superiores, a habilidade de oferecer produtos diferenciados de melhor qualidade, facilidades de conquistar quotas de mercado, direito a patentes ou exclusividade de certas marcas e o acesso favorecido aos mercados de factores produtivos a uma escala internacional. As vantagens de localização, por sua vez, referem-se ao conjunto de vantagens que as economias receptoras do IDE podem oferecer as empresas de investimento directo, como grande extensão de mercado domésticos, baixos custos e

maior produtividade do factor trabalho, boas infra-estruturas, estabilidade política e macroeconómica. Enquanto que as vantagens de internalização referem-se ao facto de as EMNs preferirem internalizar as suas vantagens de propriedade ao invés de externalizá-las, ou seja, referem-se aos casos em que as empresas acham mais lucrativo produzir directamente nos mercados estrangeiros, ao invés de realizar exportações ou fazer *leasing* para outras empresas. (Accoley, 2003).

Para Dunning, estas três categorias de vantagens são dinâmicas, podem sofrer constantes alterações e serem específicas de determinadas empresas, economias e em determinados períodos. Outro aspecto a realçar é o facto de as vantagens de propriedade e de internalização serem endógenas as empresas que realizam o IDE e as vantagens de localização serem endógenas a economia receptora.

2.4.7. As Vantagens de Localização do IDE

Muitos têm sido os estudos empíricos e teóricos realizados para mensurar os factores das economias hospedeiras do IDE que mais atraem estes projectos de investimento e os resultados têm demonstrado que os factores são em muitos casos específicos de uma certa região, país e período. Lee e Houde (2000) resumem as vantagens de localização em:

- *O Tamanho do Mercado Doméstico e as Perspectivas de Crescimento* - países com maiores mercados, rápido e contínuo crescimento económico e um crescente estágio de desenvolvimento económico oferecem maiores oportunidades para as empresas explorarem as suas vantagens de propriedade e beneficiarem-se de economias de escala;
- *A Dotação de Recursos Humanos e Naturais incluindo os Custos e a Produtividade do Trabalho* – baixos custos de factores e a dotação de recursos humanos e naturais tem sido uma força por detrás dos fluxos de IDE, principalmente, para o IDE orientado para as exportações que procura usar as vantagens comparativas relacionadas com o baixo custo do trabalho e a abundância dos recursos naturais.

Contudo, a possibilidade de obter bens intermediários e mão-de-obra qualificada, disponibilidade de activos tecnológicos e inovativos como marcas comerciais e instituições de pesquisa e desenvolvimento, tem vindo a ganhar relevância como determinantes do IDE;

- *Infra-Estruturas Físicas, Tecnológicas e Financeiras* – diferenças no estágio de desenvolvimento das infra-estruturas, como as de transportes e de comunicações influenciam as decisões de localização de IDE não somente entre os países receptores candidatos mas também entre as regiões dos países candidatos. O IDE flui para os países e regiões com boas condições de acesso, pois, a existência de auto-estradas, linhas férreas, portos e aeroportos, instituições financeiras, instituições de pesquisa e desenvolvimento e o nível dos serviços de telecomunicações, reduzem os custos de transacção dos investidores. Maiores capacidades tecnológicas também são um factor importante na atracção do IDE em actividades de maior valor acrescentado;
- *Abertura para o Comércio Internacional e o Acesso aos Mercados Internacionais* – A adopção de políticas de abertura comercial e outras iniciativas para promover o comércio internacional atraem os projectos de IDE orientado para as exportações e os mais propensos a importações. Por outro lado, as posições geográficas estratégicas que promovam o acesso a mercados regionais e globais e as relações comerciais com grupos de países com elevados potenciais de importação são também factores significativos para a atracção do IDE;
- *A Estabilidade Política, Económica e o Regime Regulamentar* – A estabilidade económica, política e social formam a base do ambiente da política de atracção do IDE do país receptor. Um sistema legal transparente e flexível e um ambiente de negócios saudável e competitivo são aspectos fulcrais, pois, reduzem o risco de realizar investimentos em ambientes desconhecidos. As leis e as regulamentações relacionadas com a entrada e as operações das empresas estrangeiras e os padrões de tratamento das mesmas são relevantes na decisão de onde e como investir. Por outro lado, uma boa imagem governativa e boas práticas de negócios são igualmente

importantes, enquanto que práticas administrativas restritivas, o excesso de burocracia e práticas de corrupção, repelem o investidor ao fazê-lo incorrer em riscos adicionais;

- *A Promoção e a Protecção dos Investimentos* – a existência de um sistema de promoção e protecção adequada dos projectos de investimento é um dos requisitos básicos para a realização do IDE, muitos países tem oferecido pacotes de promoção de investimentos que incluem factores como a oferta de incentivos fiscais e financeiros que alteram positivamente as taxas de lucros dos investidores estrangeiros;
- *O Fluxos de IDE* – a tendência crescente de projectos de IDE numa certa economia faz com que os investidores estrangeiros se sintam atraídos para estes países, na medida em que, vêem a decisão de investimento dos outros investidores como um sinal de condições favoráveis e boas taxas de retorno para a realização de projectos de investimento. Este factor promove a ocorrência de economias de aglomeração¹⁶ em que através da existência de *clusters* industriais atrai o IDE, por meio de três efeitos: (i) possibilidade de beneficiar de externalidades positivas de tecnologia moderna usada entre os investidores estrangeiros; (ii) partilha de mão-de-obra qualificada e de fornecedores especializados, que são utilizados por outros investidores e (iii) existência de consumidores e fornecedores de bens e serviços intermediários perto uns dos outros que para além de reduzir os custos de produção, melhoram o comércio inter e intra projectos.

Um único projecto de investimento acarreta uma diversidade de motivações, desde às relacionadas com as estratégias de investimento do investidor directo estrangeiro até às específicas do país receptor numa certa região e num período específico. O presente trabalho, analisa os determinantes do IDE em Moçambique olhando para as vantagens de

¹⁶ As economias de aglomeração emergem quando verificam-se benefícios de localizar os investimentos perto das outras unidades económicas através da ocorrência de externalidades positivas. Deste modo, os investidores estrangeiros mesmo com poucos conhecimentos das dinâmicas dos mercados domésticos encontram nas decisões de investimento dos outros investidores nos mesmos mercados um indicador do risco, incerteza de investimento e nível de retorno. (Campos e Kinoshita, 2006 apud Ajayi, 2006)

localização que são endógenas ao país receptor, e que segundo as evidências empíricas internacionais tem maior peso na escolha do destino dos projectos do IDE pelo mundo fora. Muitos países, particularmente os PVDs, tentam melhorar a performance das suas vantagens de localização com o intuito de atrair maior quantidade possível de projectos de IDE, de modo a maximizar os benefícios que estes projectos oferecem para as suas economias. Entretanto, os benefícios dos projectos do IDE nas economias receptoras não são automáticos e nem uniformes.

2.5. O Impacto do IDE no Crescimento Económico da Economia Receptora

A necessidade de indagar os determinantes do IDE para posteriormente delinear políticas económicas que garantam uma maior atracção de projectos deste tipo de investimentos numa base mais diversificada e de melhor qualidade está relacionado com o facto de o IDE promover um conjunto de efeitos para o crescimento das economias receptoras. Os debates na literatura levantam uma série de questões sobre os efeitos do IDE nas economias receptoras.

2.5.1. O Aumento do Stock de Capital

O IDE permite o aumento de capital físico como maquinarias, equipamentos e unidades produtivas e o incremento de capital financeiro, que quando canalizado para as instituições financeiras locais pode ser utilizado como fonte de financiamento de investimentos adicionais. Segundo Lall (2000), o IDE transfere recursos financeiros, que podem ser investidos, para países que padecem de escassez desses recursos, e os seus fluxos são mais estáveis e mais fáceis de utilizar, do que os restantes fluxos internacionais de capital como as dívidas externas e os investimentos de carteira, porque, distintamente destes, investem em projectos de longo prazo, incorrendo em riscos e realizando a repatriação dos lucros apenas quando os seus projectos promovem rendimentos de retorno, ou seja, dependem dos lucros auferidos resultantes da actividade produtiva.

No entanto, o perigo inerente à presença das EMNs nas economias receptoras deve-se aos casos em que estas monopolizam a utilização das instituições financeiras locais, na medida em que as instituições estarão mais propensas a canalizar os seus serviços para as EMNs e a discriminarem as empresas domésticas, e quando realizam uma elevada repatriação dos lucros para os países de origem e reembolsos de empréstimos internacionais num dimensão que comprometa os ganhos de capital auferidos pela economia receptora na fase inicial dos projectos.

2.5.2. A Promoção de Emprego

Um dos maiores benefícios inerentes aos projectos do IDE nas economias menos desenvolvidas é a possibilidade da criação de novos postos de emprego. Segundo Jenkins e Thomas (2002) o IDE actua como um multiplicador de novas oportunidades de emprego nas economias receptoras através da criação de empregos directos para os seus projectos e empregos indirectos para as empresas residentes com as quais estabelece relações de produção e comercialização.

No entanto, a promoção de emprego pelos projectos do IDE está longe de ser um efeito claro e sem custos para a economia receptora, por exemplo, para Accoley (2003) em alguns casos, quando são atraídos projectos de IDE que são capital e tecnologias intensivos para sectores que tradicionalmente predominavam empresas trabalho intensivas, a promoção do emprego já não será significativa e em alguns casos pode até reduzir a quantidade de emprego através do *crowding out* das empresas existentes. A promoção de emprego também pode ser reduzida nos casos em que parte significativa dos postos de emprego é preenchida por mão-de-obra estrangeira mais qualificada.

2.5.3. A Transferência de Tecnologia

Segundo Lall (2000), o IDE promove o crescimento económico das economias menos desenvolvidas, que em muitos casos utilizam tecnologias ultrapassadas ou com baixos

níveis de produtividade, através da transferência de tecnologias modernas e mais produtivas. As EMNs para além de transferir tecnologias podem adapta-las as condições específicas das economias receptoras com base nas suas experiências em outros PVDs, instalar nas economias receptoras unidades de pesquisas e desenvolvimento, actualizar o nível de tecnologia a medida em que ocorrem inovações e alteram-se os padrões de consumo a nível internacional.

No entanto, segundo o WIR (2007), para que se constatem externalidades positivas da transferência de tecnologias para a economia receptora, é necessário que se verifiquem ligações das empresas resultantes do IDE com as empresas locais e que haja na economia receptora capacidades humanas, físicas e institucionais capazes de absorver e difundir estas externalidades positivas.

2.5.4. O Desenvolvimento de Capital Humano

Para Lall (2000), o IDE promove o desenvolvimento de capital humano de uma forma directa, quando as EMNs com capacidades mais desenvolvidas de gestão, produção e comercialização, transferem as suas capacidades para a mão-de-obra local empregue pelas suas empresas filiadas através de programas de treinamento, formação e trocas de experiências com empresas parceiras e filiais não-residentes. Por outro lado, para a OCDE (2002), o IDE promove o desenvolvimento do capital humano através de formas indirectas, na medida em que estimula aos governos locais a investirem na educação com o intuito de atrair futuros fluxos do IDE e absorver as suas externalidades positivas, quando os trabalhadores formados pelas EMNs mudam-se para as empresas locais ou tornam-se empreendedores e disseminam as capacidades adquiridas, quando promovem a instalação de unidades de pesquisa e desenvolvimento locais e quando participam na promoção de investimentos de responsabilidade social, como o financiamento da construção de escolas, hospitais, centros de pesquisa e desenvolvimento.

2.5.5. Aumento das Exportações Líquidas e Maior Acesso aos Mercados Internacionais

Para Accoley (2003) o IDE melhora o saldo da balança comercial na medida em que promove as exportações e substitui as importações como fazem os projectos *a procura de recursos e a procura de mercado*, respectivamente. Estes projectos aumentarão as exportações líquidas e resultarão no aumento das reservas em moeda externas do país, que poderão ser utilizadas para financiar futuras necessidades de importações e serviços de dívida externa. No entanto, se os projectos de IDE forem muito propensos a importação de insumos, os seus efeitos para o saldo da balança comercial serão adversos.

Outro aspecto que melhora o desempenho da economia receptora no comércio internacional está relacionado com o facto de as EMNs, estarem ligadas a redes mundiais de produção e comercialização com acesso favorecido aos principais mercados financeiros, de consumo final e redes mundiais de transporte. Para Thomas e Jenkins (2002), as empresas estrangeiras actuam como fontes fidedignas de informação sobre as dinâmicas dos mercados internacionais, dos gostos e preferências dos consumidores não-residentes, dos mais recentes avanços tecnológicos e da identificação das redes de comercialização mais eficientes, factores estes, que fazem com que estas empresas melhorem o desempenho dos exportadores domésticos nos mercados internacionais. Entretanto, para Lall (2000), o desempenho dos exportadores domésticos melhorará apenas se EMNs disseminarem externalidades positivas para as empresas domésticas como a provisão de informação técnica, estímulos a competição e a disseminação de inteligência de mercado.

2.5.6. Aumento das Receitas Públicas

O IDE, segundo o WIR (2007), gera rendimento adicional para a economia hospedeira através do aumento das receitas fiscais, o que permite que as autoridades governamentais disponham de mais recursos para financiar os seus programas de desenvolvimento de longo prazo e realizar a sua função de redistribuição do rendimento. Contudo, este efeito pode ser deturpado, na medida em que alguns governos adoptam esquemas de incentivos

fiscais para a atracção de projectos de IDE cuja localização na economia hospedeira não deveu-se a existência de incentivos fiscais mas sim de vantagens de localização não fiscais. Para Oman (2000) apud Bjorvatn et al (2001) é provável que a competição entre os países receptores do IDE na adopção de esquemas de incentivos fiscais, como medidas de atrair maiores quantidades de fluxos de IDE, os levem a níveis em que obtenham poucos ganhos fiscais.

2.5.7. O Desenvolvimento de Infra-Estruturas

Um outro aspecto benéfico e indirecto do IDE é o facto de as actividades das EMNs em muitos casos estarem relacionadas, com um maior desenvolvimento de infra-estruturas como a distribuição de electricidade e de água, a existência de redes de transporte e de comunicações, que são necessárias para as suas relações de produção, distribuição e comercialização. Estas infra-estruturas podem ser construídas pelos próprios investidores para satisfazerem as suas necessidades directas ou construídas pelas autoridades governamentais, como consequência de uma maior pressão das EMNs para as autoridades governamentais no aprovisionamento das mesmas. No entanto, o desenvolvimento das infra-estruturas não deve ser colocada somente a cargo das EMNs, pois, estas constroem infra-estruturas que beneficiem apenas os seus interesses, como os pipelines, linhas férreas e centrais eléctricas, enquanto que, as autoridades governamentais podem fazer coincidir o desenvolvimento das infra-estruturas com os seus objectivos de crescimento económico, favorecendo os interesses da economia.

2.5.8. O Estabelecimento de Ligações e a Competição com as Empresas da Economia Receptora

As EMNs estabelecem ligações de produção, comercialização e de competição com as empresas domésticas, fazendo com que o IDE tenha um papel catalizador para o desenvolvimento de algumas empresas locais. As ligações podem ser estabelecidas quando as empresas estrangeiras filiadas adquirem insumos com os fornecedores locais, quando vendem os seus bens e serviços finais a outras empresas domésticas e quando

estabelecem relações de competição com empresas locais. O estabelecimento de ligações com as empresas locais em muitos casos, aumentam a competição e a eficiência das empresas locais, na medida em que, como sustenta Bjorvatn et al (2001), as EMNs ao estabelecerem ligações com os fornecedores domésticos, em alguns casos realizam exigências que forçam os fornecedores a competir entre eles e a ganhar maior eficiência. Por outro lado, podem oferecer bens e serviços intermediários para as empresas locais que antes não encontravam-se disponíveis no mercado doméstico melhorando deste modo a eficiência das empresas. O facto de verificar-se uma maior competição entre as empresas estrangeiras detentoras de algumas vantagens de propriedade com as empresas locais, faz com que as empresas locais enverguem esforços com vista a eliminar as suas ineficiências produtivas de forma a garantir uma certa quota de mercado. Em alguns casos de competição, as empresas domésticas com fracas capacidades, com padrões de produção artesanais, de pequena escala e baixos níveis de eficiência são obrigadas a retirar-se dos mercados, resultando no chamado efeito *crowding-out* das empresas domésticas. (WIR, 2007).

O debate dos efeitos do IDE nas economias receptoras está longe de ser claro e conclusivo, entretanto, realça o facto de que o IDE poderá ter um impacto positivo nas economias receptoras, dependendo do estado de desenvolvimento da economia e da sua capacidade de absorção. Deste modo, o desempenho das vantagens de localização e a diversificação dos projectos de IDE são aspectos fundamentais para a maximização dos seus efeitos positivos para as economias receptoras.

CAPITULO 3: O INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM MOÇAMBIQUE

3.1. A Evolução dos Fluxos do IDE em Moçambique de 1990 a 2007

No período de 1990 a 2007 Moçambique notabilizou-se como uma das economias africanas no geral, e da África Austral em particular a beneficiar-se de crescentes fluxos de IDE. Segundo o WIR (2007), neste período o país auferiu uma média de 1,15% de todo o IDE realizado no continente africano, que variou de um fluxo mais baixo de 0.33% em 1990 para um fluxo recorde de 3.16% em 1999. A nível da África Austral, o país evidenciou-se como um dos principais destinos do IDE, tendo auferido uma média de 10.4% do IDE realizado na região, atingindo o valor mais alto no ano de 2006 em que alcançou uma porção de 32.25% e a porção mais baixa em 2005 com cerca de 1.48%¹⁷.

De acordo com os dados da BOP do BM, o IDE dirigido para a economia moçambicana, aumentou de um stock de USD 24.8 milhões em 1990 para um stock de USD 2,950 milhões em 2007. Os fluxos anuais do IDE evoluíram de um valor de USD 9.2 milhões em 1990, para um fluxo maior no ano de 2007 de USD 427.40 milhões resultantes do crescimento dos lucros reinvestidos e da diversidade de projectos realizados nos distintos sectores. Destacam-se ainda os fluxos nos anos de 1998 e 1999, em que o país recebeu cerca de USD 234.90 milhões e USD 381.40 milhões respectivamente, devido a fase de construção do projecto Mozambique Aluminium I (MOZAL I), e nos anos 2001, 2002 e 2003 em que o país recebeu USD 255.40 milhões, USD 347.60 milhões e de USD 336.70 milhões respectivamente, causados pela fase de construção do projecto MOZAL II e do início da construção dos projectos de exploração de areias pesadas e de gás natural¹⁸.

¹⁷ Para mais detalhes ver a tabela 1.3 do anexo I.

¹⁸ Para mais detalhes dos fluxos de IDE, ver o gráfico 1.2. do anexo I.

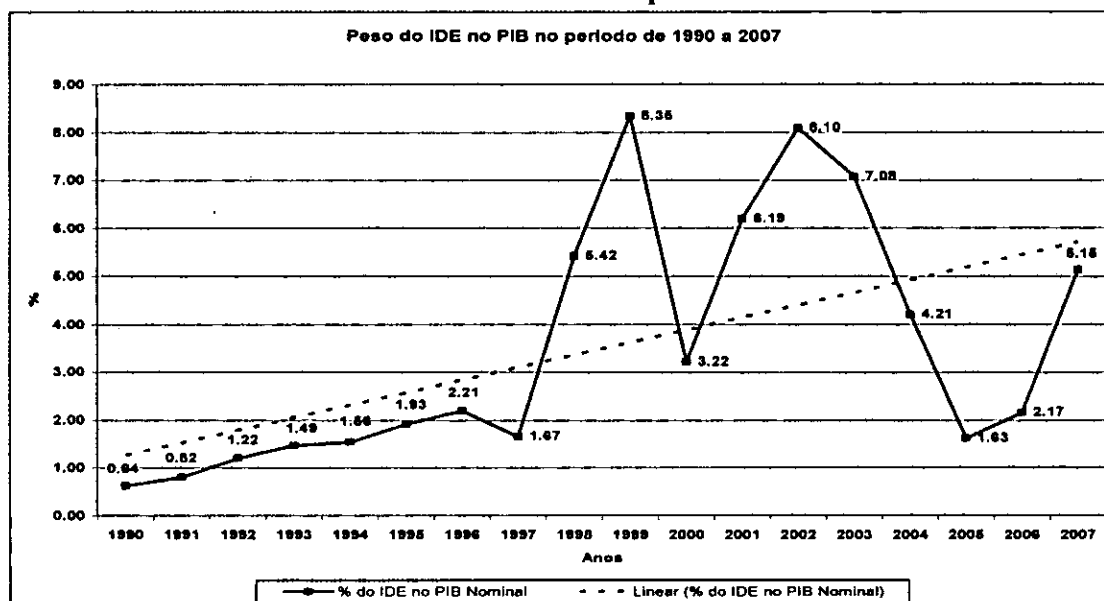
Tabela 2 - O IDE em Moçambique 1990- 2007 (Valores em milhões de USD)

Ano	Fluxos do IDE	Stocks do IDE	% dos fluxos de IDE no Investimento Privado	% dos fluxos de IDE no PIB
1990	9.20	24.80	1.67	0.64
1991	22.50	47.30	5.06	0.82
1992	25.30	72.60	6.16	1.22
1993	32.00	104.60	7.28	1.49
1994	35.00	139.60	6.96	1.56
1995	45.00	184.60	7.17	1.93
1996	72.50	257.10	10.91	2.21
1997	64.40	321.50	8.11	1.67
1998	234.90	556.40	29.57	5.42
1999	381.70	938.10	41.76	8.35
2000	139.30	1,077.40	10.40	3.22
2001	255.40	1,332.80	31.00	6.19
2002	347.60	1,680.40	27.04	8.10
2003	336.70	2,017.10	31.79	7.08
2004	244.70	2,261.80	22.57	4.21
2005	107.90	2,369.70	8.73	1.63
2006	153.70	2,523.40	11.44	2.17
2007	427.40	2,950.80	28.61	5.15

Fonte: Balança de Pagamentos do Banco de Moçambique -Base de dados online, Anuários Estatísticos do INE e cálculos do autor

O crescimento registado nos fluxos do IDE para o país reflectiu-se numa significativa mudança da sua importância nos agregados macroeconómicos da economia nacional. Em 1990, o IDE possuía um peso de apenas 0.64% do PIB e de 1.67% do investimento privado, no entanto, ao longo do período atingiu uma média de 3.50% do PIB e de 16.45% do total de investimento privado realizado, atingindo os seus pontos mais altos nos anos de 1999, em que chegou aos 8.35% do PIB e cerca de 41.76% do investimento privado total, e no ano de 2002 em que atingiu os 8.10% do PIB e cerca de 27.04% do total de investimento privado.

Gráfico 2 – Peso do IDE no PIB no período de 1990 a 2007



Fonte: Adaptado pelo autor a partir da BOP do BM -Base de dados online, Anuários Estatísticos do INE e cálculos do autor.

Apesar da tendência crescente do IDE no PIB ainda não é claro afirmar que estes fluxos continuarão a crescer a médio e a longo prazo, por um lado porque o IDE ainda é um fenómeno novo na economia nacional e por outro lado porque os seus fluxos detêm um comportamento bastante volátil que está em grande parte associado a ocorrência dos grandes projectos, o que de certa forma realça um grau de incerteza quanto a sua sustentabilidade¹⁹ a médio e longo prazo.

3.2. O Crescimento do IDE em Moçambique

O IDE em Moçambique independente, começou a ganhar importância como uma fonte de capital privado somente em inícios da década de 1990, pelo facto de após a

¹⁹ Para Grieg-Gran (2002), a sustentabilidade dos projectos do IDE referem-se a carteira de projectos resultantes destes investimentos que sejam capazes de gerar retornos competitivos aos investidores directos, mantenham uma tendência crescente a médio e longo prazo nos seus fluxos para as economias receptoras sem grandes oscilações, criem benefícios de médio e longo prazo para as economias receptoras, como a criação de postos de emprego, criação de capacidades locais e o estabelecimento de ligações com as empresas domésticas e que utilizem tecnologias e estruturas de produção que não sejam prejudiciais ao meio ambiente.

independência ter sido adoptado no país um sistema económico de direcção centralmente planificada, onde a maior parte das empresas do sector privado foram convertidas em empresas estatais e o Estado passou a ser o principal agente económico tendo reduzido a importância do investimento privado.

Porém, em inícios da década de 80 o Estado começou a mostrar-se incapaz de gerir a multiplicidades de empresas estatais sobre sua tutela, que padeciam de problemas como a obsolescência dos equipamentos e tecnologias instaladas, sérios problemas de gestão, excesso de mão-de-obra, salários em atraso, elevado nível de endividamento na banca, forte dependência de subsídios do Orçamento Geral do Estado (OGE) e carência de recursos financeiros para a realização de investimentos de manutenção e reabilitação. Na mesma época, o país mergulhou numa crise económica caracterizada por baixas taxas de crescimento económico, elevados déficits orçamentais, déficits na balança de transacções correntes, instabilidade de preços e das taxas de câmbio, instabilidade política devido a ocorrência de medidas de desestabilização realizadas pelos regimes políticos da África do Sul e do Zimbabué e a eclosão da guerra civil. (METIER; 2003)

No âmbito dos esforços para minimizar a crise económica, em 1984, o país tornou-se membro das instituições de Bretton Woods, e passou a beneficiar do apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) na adopção e implementação de programas de estabilização económica e ajustamento estrutural, marcando assim a viragem para uma economia de mercado livre. Em 1987, aquando da adopção do Programa de Reabilitação Económica (PRE), o Estado deu início ao desenho de um programa de racionalização do sector empresarial procurando libertar a multiplicidade de empresas estatais para os investidores privados que considerava melhor apetrechados financeira e tecnicamente, reconhecendo deste modo, o papel vital do sector privado para a economia nacional.

Com a implementação, em 1989, do Programa de Reestruturação do Sector Empresarial do Estado, o surgimento das expectativas do fim da guerra civil e os primeiros sinais da implementação de uma economia de mercado, materializados na Constituição de 1990, o

IDE começou a afluir para o país e a notabilizar-se como uma importante fonte de capital privado. A adopção de um sistema multipartidário e a assinatura dos acordos de paz em 1992, em Roma, reforçaram a atracção dos projectos do IDE no país.

Na esfera legal, em 1993 o governo moçambicano, reconhecendo a necessidade de adoptar um ambiente de negócios mais atractivo para o sector privado, introduziu uma nova legislação para regular o investimento privado nacional e estrangeiro, implementando a lei n.º 3/93 de 24 de Junho, lei esta, que estabeleceu um quadro legal para a realização de projectos de investimento privado nacionais e estrangeiros no país, introduziu um novo código de benefícios fiscais (CBF) e permitiu a criação da legislação das zonas francas industriais (ZFI)²⁰. Outra inovação no âmbito desta lei foi a criação do CPI com a função de: (i) promover e divulgar a imagem e potencialidades do país; (ii) receber e analisar os projectos de investimentos directos; (iii) facilitar a aprovação de investimentos e a concessão de incentivos fiscais e aduaneiros aos investidores privados; (iv) identificar potenciais parceiros; (v) fornecer informações sobre as oportunidades de investimento; (vi) prestar assistência institucional aos investidores na implementação de projectos de investimentos. (Mahomed, s/d.)

Segundo Manjate (2005), a realização das primeiras eleições multipartidárias no país e na África do Sul em 1994, vieram consolidar a estabilidade política da região. Ainda neste ano, o governo sul africano e o moçambicano no âmbito da cooperação bilateral assinaram um acordo visando a implementar o projecto do corredor de desenvolvimento de Maputo, tendo como objectivo principal o estímulo do comércio regional através do porto de Maputo e a atracção de novos investimentos na região no espírito das Iniciativas

²⁰ Definidas pela lei n.º 3/93, como a área de actividade industrial, geograficamente limitada e regulada por um regime fiscal e aduaneiro próprio, com isenções fiscais, aduaneiras e para-fiscais desde que garantam como contrapartida o fomento do desenvolvimento regional, o incremento da capacidade produtiva, comercial, tributária, geração de postos de trabalho e de moeda externa para o país.

de Desenvolvimento Espacial²¹ que deu origem ao surgimento de grandes projectos sul africanos no país²².

Como resultado das reformas políticas e económicas que permitiram o alcance da estabilidade política e macroeconómica, a existência de recursos energéticos provenientes da barragem de Cahora Bassa, em 1997, o CPI aprovou um dos maiores projectos de investimento privado financiado por capitais estrangeiros no país após a independência, que consistia na implementação de uma fábrica de fundição de alumínio denominado MOZAL²³. O projecto, concretizado em duas fases MOZAL I e II, com um custo de USD 2,400 milhões, realizado por investidores estrangeiros da Austrália (BHP Billiton), África do Sul (Industrial Development Corporation – IDC) e Japão (Mitsubish Corporation), colocou Moçambique no mapa mundial dos países receptores do IDE e criou pressões no ambiente de negócios e na implementação de projectos de investimento devido a sua dimensão e natureza. Para Wells e Buehrer (2002) a MOZAL estimulou a criação de novas capacidades institucionais que permitiram uma maior rapidez e flexibilidade no processo de negociação e implementação dos projectos de investimento, estimulou reduções e simplificações dos esquemas burocráticos e o surgimento de um grupo de técnicos do governo capazes e influentes para auxiliar os futuros investidores a ultrapassar as barreiras burocráticas.

Após a realização do projecto MOZAL I e II, o país beneficiou de uma série de novos projectos, com maior destaque para os sectores da indústria, recursos minerais, agro-indústrias, turismo e hotelaria²⁴. Estes projectos trouxeram uma série de novas pressões na esfera legal, institucional e no ambiente de negócios. Em 1999 o Estado pelo decreto n°69/99 de 21 de Setembro introduziu um novo regulamento das ZFI e ainda no mesmo

²¹ As Iniciativas de Desenvolvimento Espacial têm como principal objectivo aproveitar o potencial e as sinergias resultantes da implementação de grandes projectos no âmbito do programa do corredor de desenvolvimento. (Manjate, 2005)

²² No gráfico 1.4., do anexo I, pode-se notar que a África do Sul é o segundo país que realiza projectos de IDE em Moçambique, logo a seguir aos E.U.A, que alcançou o primeiro lugar com a aprovação do investimento de uma refinaria de petróleo em Nacala Velha na província de Nampula.

²³ Segundo Andersson (2002), no ano de 1999, o investimento da MOZAL I colocou Moçambique no sexto lugar na classificação dos receptores do IDE em África, atrás de Angola, Egipto, Nigéria, África do Sul e Marrocos.

²⁴ Ver na tabela 1.4. do anexo I a lista dos principais projectos de IDE realizados no país.

ano o CPI aprovou o projecto da criação do parque industrial de Beluluane com um investimento orçado em cerca de USD 50 milhões resultantes de uma parceria entre a empresa Australiana Chiefton Managment e o Governo de Moçambique, tornando-se assim na primeira ZFI de grande dimensão no país. Em 2002 o CBF foi reformulado pelo decreto n°16/2002 de 27 de Junho com o intuito de criar maior racionalidade na concessão dos incentivos e tornar este instrumento mais eficaz e eficiente na atracção de investimentos privados.

As perspectivas futuras indicam um crescimento dos fluxos do IDE para o país. No ano de 2007, o CPI aprovou dois grandes projectos na área dos recursos minerais, o projecto para a implementação de uma refinaria de petróleo em Nacala Velha denominado AYR-Petroleum, orçado em cerca de USD 5,000 milhões financiado por investidores dos E.U.A. e o projecto de exploração de carvão mineral de Moatize na província de Tete, financiado por capitais originários da Suíça da EMN Companhia do Vale do Rio Doce (CRVD), orçado em cerca de USD 1,500 milhões. Porém, a excessiva concentração dos fluxos de IDE em grandes projectos levanta uma série de incertezas quanto a sustentabilidade desses fluxos a médio e longo prazo.

3.3. A Distribuição do IDE em Moçambique²⁵

3.3.1. A Distribuição Sectorial do IDE e a Promoção de Emprego

Com base nos dados do CPI, desde de 1990 a 2007 foram aprovados 1,630 projectos de IDE com potencial para gerar cerca de 236,486 postos de emprego directos. Os projectos aprovados totalizaram um capital de cerca de USD 9,444.46 milhões, um valor superior ao stock de IDE registado pela BOP. As diferenças dos montantes dos projectos de IDE aprovados pelo CPI com os fluxos de IDE registados pela BOP ilustram que durante o

²⁵ Face as limitações estatísticas da BOP, a análise da distribuição do IDE no país foi feita com recurso a base de dados do CPI que representa as intenções de investimento aprovadas no período de 1990-2007. Segundo Castel Branco (2002), apesar de nem todos os projectos da base de dados do CPI terem sido implementados, esta permite a análise das intenções de investimento do sector privado.

período de 1990 a 2007, Moçambique registou uma taxa média anual de implementação dos projectos de IDE aprovados de aproximadamente 69.04%²⁶. Esta taxa revela que uma grande parte dos projectos aprovados neste período não foram implementados, por um lado porque ainda se encontram na sua fase de elaboração, como grande parte dos projectos aprovados nos anos de 2006 e 2007 e por outro lado, porque uma grande parte dos projectos aprovados não chega a ser implementado por motivos diversos. Os dados dos projectos de IDE compilados pelo CPI permitem efectuar a análise da distribuição sectorial e da promoção de postos de emprego directo dos projectos de IDE aprovados ao longo do período em estudo.

Tabela 3 - Distribuição Sectorial do IDE (Valores Cumulativos de 1990 a 2007)

Sectores	Número de Projectos	IDE (milhões de USD)	Emprego	Capital/Trabalho (em USD)
Agricultura e Agro-indústria	333	390.79	122,584	3,187.97
Aquicultura e Pescas	81	67.23	4,540	14,809.18
Bancos e Seguradoras	33	253.34	480	527,790.41
Construções e Obras Públicas	107	80.53	16,426	4,902.53
Industria	437	1,858.84	41,583	44,701.81
Recursos Minerais	28	5,820.41	2,249	2,587,998.09
Transportes e Comunicações	134	204.04	9,860	20,693.70
Turismo e Hotelaria	263	597.96	22,058	27,108.55
Outros	214	171.32	16,706	10,254.83
Total	1,630	9,444.46	236,486	39,936.64

Fonte: Base de dados do CPI

O sector dos recursos minerais deteve o maior peso no total de IDE aprovado, que com apenas 28 projectos, beneficiou de cerca de USD 5,820.41 milhões, o que representa 61.63% do total de investimentos aprovados. Os investimentos neste sector são caracterizados por uma concentração em grandes projectos que criam poucas oportunidades de emprego, apenas 2,249 novos postos de emprego directos, pelo facto de serem intensivos em capital, com um rácio médio de USD 2,587.99 milhões de capital por trabalhador. Destacam-se, neste sector os projectos da refinaria de petróleo em

²⁶ Cálculo do autor

Nacala-Velha, o da exploração de carvão mineral de Moatize, o de areias pesadas de Moma e de Chibuto e o de gás natural de Pande²⁷.

O segundo sector com o maior montante de IDE aprovado foi o sector da indústria com USD 1,858.84 milhões, representando cerca de 19.68% do total de IDE aprovado, e com 437 projectos aprovados. Os projectos de IDE no sector da industria promoveram cerca de 41,583 novos postos de emprego directos, tornando-se no segundo sector com maior número de postos de emprego directos, apesar de deter um rácio médio de capital por trabalhador de cerca de USD 44,701.81. A destacar neste sector os investimentos da Cervejas de Moçambique, MOZAL I e II, Fundição de Ferro e Aço e uma enorme variedade de projectos de menor dimensão nos sectores da indústria alimentar e de vestuário²⁸.

A agricultura e agro-indústria com 333 projectos de IDE aprovados, gerou o maior número de postos de emprego directos, cerca de 122,584 novos postos de emprego, pelo facto de deter projectos mais trabalho intensivos, com um rácio médio de USD 3,187.97 de capital por trabalhador. Este sector totalizou cerca de USD 390.79 milhões, o que representa cerca de 4.14% do total de IDE aprovado no período. Notabilizam-se na agricultura os projectos de reabilitação e re-operacionalização das açucareiras do país, implementação de fabricas de processamento de culturas de rendimento como o algodão e o tabaco e a implementação de grandes farmas de agricultores da África do Sul e do Zimbabwé no sul do país e na província de Manica.

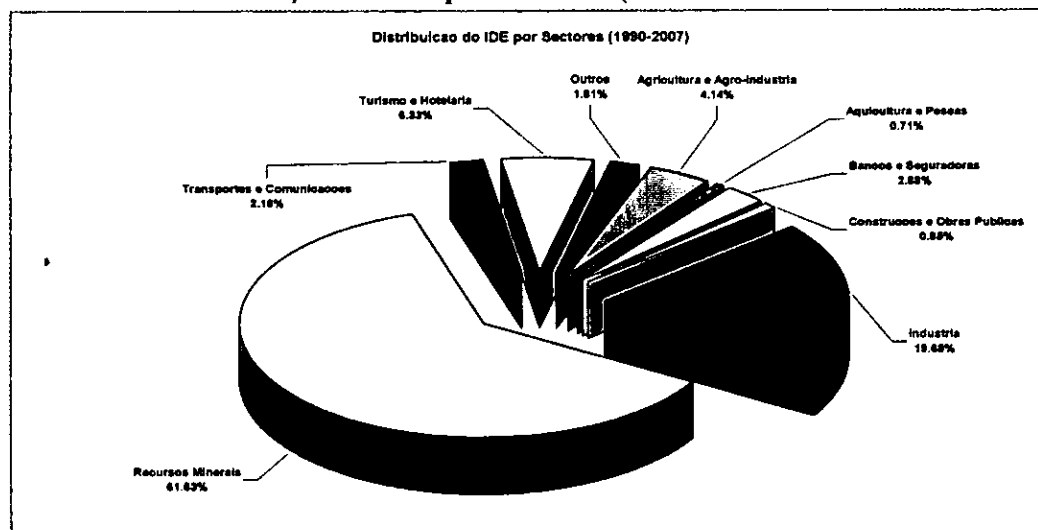
O sector de turismo revelou-se como o sector de maior desenvolvimento com 263 projectos e cerca de 6.33% do total de IDE aprovado, o equivalente a USD 597.96 milhões. Este sector gerou cerca de 22,058 novos de emprego directo, devido as construções e o funcionamento de hotéis de qualidade internacional e de pequenas estancias turísticas nas zonas costeiras da região sul do país e na província de Cabo Delgado. Os sectores que atraíram os menores valores do IDE foram os bancos e

²⁷ Para mais detalhes sobre estes projectos veja a tabela I.4. no anexo I.

²⁸ Idem

seguradoras, com cerca de 2.68%, transportes e comunicação, com cerca de 2.16%, outros sectores com cerca de 1.81%, construção e obras públicas com cerca de 0.85% e aquicultura e pescas com cerca de 0.71% do total de IDE aprovado.

Gráfico 3 – Distribuição do IDE por Sectores (Valores Cumulativos de 1990 – 2007)



Fonte: Base de Dados do CPI

Para além de uma grande concentração sectorial, os projectos de IDE revelaram-se com um reduzido potencial na criação de emprego directos, pelo facto de em média, revelarem-se bastante capital intensivos, com um rácio médio de USD 39,963.64 de capital por trabalhador.

3.3.2. A Distribuição Regional dos Projectos do IDE

A distribuição regional dos projectos aprovados do IDE realça uma grande concentração na província de Maputo, incluindo a cidade de Maputo, causada por factores como a localização estratégica da província em relação a África do Sul, boa qualidade das infra-estruturas, principalmente ao longo do corredor de desenvolvimento de Maputo, melhor qualidade de capital humano em relação ao resto do país, concentração de serviços e indústrias na região que permitem o benefício de economias de aglomeração.

Tabela 4– Distribuição Regional dos Projectos de IDE

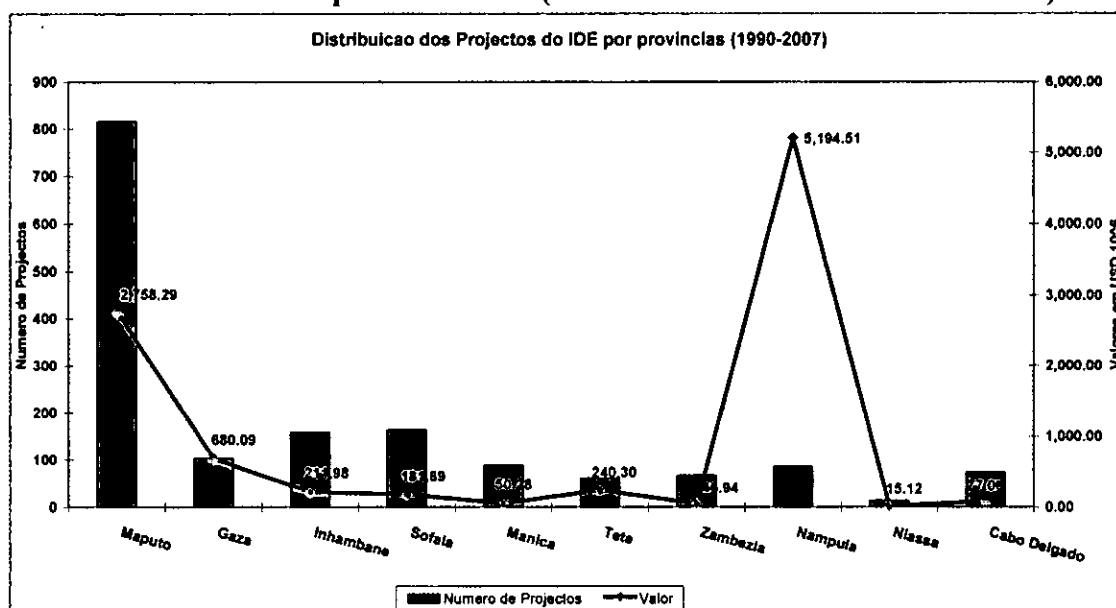
Provincia	Número de Projectos	% do Total de Números de Projectos	IDE	% do Total de IDE
Maputo	815	50,00	2.748,49	29,10
Gaza	103	6,32	680,09	7,20
Inhambane	158	9,69	211,98	2,24
Sofala	163	10,00	181,69	1,92
Manica	89	5,46	50,28	0,53
Tete	61	3,74	240,30	2,54
Zambézia	67	4,11	46,94	0,50
Nampula	86	5,28	5.194,51	54,99
Niassa	14	0,86	15,12	0,16
Cabo Delgado	74	4,54	77,06	0,82
Total	1.630	100,00	9.446,46	100,00

Fonte: Base de Dados do CPI

Na província de Maputo, foram aprovados cerca de 815 projectos, o que representa 50% dos projectos aprovados. Em termos de valor, estes projectos totalizam cerca de USD 2,758.29 milhões, o equivalente a 29.17% do total de IDE aprovado ao longo do período.

Por outro lado, a província de Nampula, com apenas 86 projectos de IDE, evidenciou-se como a província com o montante mais alto de IDE aprovado, com cerca de USD 5,194.51 milhões, o equivalente a 54,93% da totalidade de projectos de IDE, devido a aprovação de projectos no sector de recursos minerais, como as Areias Pesadas de Moma e a refinaria de Petróleo em Nacala Velha. A mesma constatação é verificada nas províncias de Gaza e Tete. A província de Gaza, que com apenas 103 projectos, detém 7.20% do total de IDE, o equivalente a USD 680.09 milhões, devido a ocorrência de projectos no sector dos recursos minerais, de areias pesadas de Chibuto e de gás natural de Temane. A província de Tete, com somente 61 projectos de IDE, alcançou um montante de USD 240.30 milhões, principalmente devido a aprovação do projecto de exploração de carvão mineral de Moatize em 2007. As províncias de Inhambane e Sofala com 158 e 163 projectos, respectivamente, beneficiaram de um reduzido montante de IDE, de USD 211.98 milhões e 181.69 milhões respectivamente, pelo facto de terem sido aprovados projectos de pequena escala nos sectores da indústria, turismo, aquacultura e pescas.

Gráfico 4 – IDE por Províncias (Valores Cumulativos de 1990 – 2007)



Fonte: Base de Dados do CPI

Apesar do CBF conceder maiores benefícios aos projectos no centro e norte do país, com o intuito de criar uma maior dispersão e reduzir as disparidades regionais, a medida que se caminha para o norte, a concentração dos projectos de IDE vai diminuindo devido as fracas condições das infra-estruturas, fraco capital humano, fraco acesso aos serviços financeiros e o excesso de barreiras burocráticas associados a centralização dos processos de decisão na capital Maputo. Deste modo, os projectos do IDE detêm um papel reduzido para a redução das disparidades regionais verificadas no país, o que salienta que as vantagens de localização que Moçambique oferece encontram-se concentradas e ainda não são uma realidade nacional.

3.3.3. Os Principais Investidores Estrangeiros em Moçambique

A análise dos projectos de IDE aprovados pelo CPI ilustra uma maior concentração de projectos de IDE por parte de investidores da região da África Austral, com cerca de 40.53% do total de projectos, o que representa 753 projectos e cerca de USD 1,801.24 milhões, onde a África do Sul destacou-se como o país com a maior carteira de projectos no país, cerca de 586 projectos e um capital investido de USD 1,676.43 milhões.

Por outro lado, com a aprovação do projecto da refinaria de petróleo em Nacala-Velha na província de Nampula, os E.U.A. alcançaram a liderança dos países com maior capital investido no país. Destacam-se também na lista dos maiores investidores, a Inglaterra com USD 507.43 milhões e 135 projectos e Portugal com USD 504.81 milhões e 441 projectos aprovados. Outros grandes investidores a destacar são a Austrália, Maurícias, Suíça, Japão, Irlanda e China.

Tabela 5 – Maiores Investidores Estrangeiros (Valores Cumulativos de 1990-2007)²⁹

Ordem	Países	Projectos aprovados pelo CPI	% do Total de Projectos	Investimento Aprovado (milhões de USD)	% do Total de IDE
1	E.U.A	37	1.99	5,052.21	53.42
2	África do Sul	586	31.54	1,676.43	17.73
3	Reino Unido	135	7.27	507.43	5.37
4	Portugal	441	23.74	504.81	5.34
5	Austrália	20	1.08	464.48	4.91
6	Maurícias	51	2.74	377.70	3.99
7	Suíça	12	0.65	177.70	1.88
8	Japão	1	0.05	130.00	1.37
9	Irlanda	11	0.59	116.31	1.23
10	China (Incl. Hong-Kong)	37	1.99	85.59	0.90
Outros da África Austral		167	8.99	124.81	1.32
Resto do Mundo (61 países)		360	19.38	240.24	2.54
Total		1,858	100.00	9,457.74	100.00

Fonte: Base de Dados do CPI

A tabela acima ilustra que os países que lideram a lista dos maiores investidores, com a excepção da África do Sul, Inglaterra e Portugal, detêm uma pequena carteira de projectos de investimento no país, o que evidencia o facto de que Moçambique é bastante dependente das decisões de investimento dos investidores estrangeiros e detém um fraco nível de atracção para estes investidores, principalmente para os investidores fora da região da África Austral.

²⁹ Ver gráfico 1.4. do anexo I

CAPÍTULO 4: ESPECIFICAÇÃO DO MODELO

4.1. As Diferentes Abordagens dos Estudos Empíricos dos Determinantes do IDE

A concorrência das economias na disputa dos projectos de IDE tem originado a realização de trabalhos empíricos para investigar os factores que atraem estes investimentos. A diversidade dos estudos varia do tipo de determinantes a pesquisar até ao tipo de metodologia a adoptar. Singh e Jun (1995) distinguem três abordagens principais de estudos empíricos sobre os determinantes dos fluxos do IDE:

(i) *Estudos Económicos Baseados em Aspectos Microeconómicos* - realizados ao nível de sectores ou empresas com o intuito de averiguar a complexidade de factores específicos, como as vantagens de propriedade, de internalização e de localização que justificam a realização dos projectos de IDE. Normalmente são concretizados recorrendo a estudos de caso de modo a incorporar os aspectos microeconómicos que justificam a realização destes investimentos, porém, são estudos difíceis de generalizar o que dificulta a conclusão das implicações de políticas macroeconómicas;

(ii) *Pesquisas de Levantamento de Dados junto as EMNs* - analisam as motivações de um universo de investidores estrangeiros, previamente seleccionados. Detém a vantagem de permitir a averiguação de vários aspectos qualitativos que dificilmente seriam incorporados em estudos econométricos. Entretanto, a maior desvantagem deste tipo de abordagem está relacionada com as limitações da amostra seleccionada e as dificuldades de compilar as informações devido a heterogeneidade dos agentes seleccionados³⁰;

(iii) *Estudos Económicos de Variáveis Agregadas* - permitem avaliar os determinantes específicos de uma economia receptora ou de um conjunto de economias com base nas

³⁰ Segundo Bolnick (2004), as pesquisas de levantamento de dados junto as EMNs carecem de qualidade de informações recolhidas devido a factores como a amostra seleccionada não ser representativa, obtenção de respostas baseadas em julgamentos subjectivos e os inquiridores as interpretarem de formas distintas e por estas pesquisas poderem levar ao levantamento de questões desconcertantes sobre os factores que determinam os fluxos de IDE.

vantagens de localização, num período previamente definido. Estes estudos possibilitam a caracterização do IDE realizado num determinado país ou num conjunto de países e as bases para análises de políticas macroeconómicas que encorajem um maior fluxo de investimentos. A desvantagem destes estudos é a de não incorporar os determinantes específicos das EMNs ou de determinados sectores³¹.

Seguindo os objectivos do presente trabalho, a estimação dos determinantes do IDE será efectuada recorrendo a abordagem de um estudo econométrico de variáveis agregadas de um determinado país, de modo a permitir a averiguação dos factores que Moçambique oferece para a atracção do IDE. Muitos tem sido os trabalhos empíricos realizados para estimar os determinantes do IDE recorrendo a esta abordagem, e por isso, não existe um modelo universal, uma vez que as variáveis a incluir na estimação dependem das características das economias e dos períodos em análise. Contudo, Nonnenberg e Mendonça (2004) apontam como variáveis tradicionais a serem incluídas nestes modelos: o crescimento económico, a estabilidade macroeconómica mensurada pelas taxas de inflação e de câmbio, o grau de abertura comercial e algumas variáveis que captam os aspectos institucionais como o nível de corrupção, de burocracia e os custos de abertura de negócios.

Um dos trabalhos mais sonantes desta abordagem foi o de Scheneider e Frey (1985) apud Ajayi (2006) que estimaram os determinantes do IDE em 51 países, dos quais 13 eram da África sub-sahariana, e concluíram que as variáveis como o tamanho dos mercados domésticos, a abertura comercial, os custos da mão-de-obra local e a dotação de recursos naturais são os factores mais significativos para a atracção dos investimentos estrangeiros. Posteriormente, Campus e Kinoshita (2003) apud Nonnenberg e Mendonça (2004), estimaram os determinantes do IDE em 25 economias dos PVDs utilizando dados em painel no período de 1990 a 1998 e reforçaram as constatações de Scheneider e Frey, concluindo que para além dos factores mencionados, a qualidade das instituições, a ocorrência de economias de aglomeração e o risco político também são variáveis

³¹ Os detalhes sobre estas abordagens encontram-se devidamente descritos no trabalho de Sing e Jun (1995) onde são discutidos as vantagens e desvantagens de cada abordagem, bem como as metodologias adequadas para cada uma.

significativas. Por outro lado, Morisset (2000), ao estimar os determinantes do IDE em 29 economias da África sub-sahariana chegou a conclusão que variáveis como a qualidade do capital humano, o estado das infra-estruturas, o consumo público e a aplicação de esquemas de incentivos fiscais são primordiais em certos casos.

Entretanto, a diversidade de modelos que realizaram análises de dados em painel de um grupo de economias, em muitos casos chegam a resultados inconclusivos e até mesmo contrários, devido heterogeneidade estrutural das economias seleccionadas mesmo quando localizadas na mesma região. Este facto realça a necessidade de realizar estudos empíricos para economias específicas que com base nas características de cada economia num determinado período possibilitam a inclusão de variáveis macroeconómicas relevantes e permitem o delineamento de medidas de política económica específicas para as economias em estudo.

A título de exemplo, Costa (s/d), estimou os determinantes dos projectos de IDE dirigidos para a economia brasileira no período de 1980 a 2001, e concluiu que factores pouco tradicionais como a riqueza do país investidor, as exportações realizadas pelos países investidores para o Brasil, a relação das taxas de câmbio da moeda brasileira com as moedas dos países investidores, o diferencial dos custos de mão-de-obra do Brasil e dos países investidores, a distância geográfica do Brasil e dos principais países investidores e a aplicação de reformas económicas são fundamentais para uma maior atracção do fluxos de IDE. Enquanto que, Ayanwale (2007) realizou um estudo dos determinantes do IDE não extractivo na Nigéria no período de 1970 a 2002 e incluiu em seu modelo variáveis como a qualidade das infra-estruturas, a qualidade do capital humano, o crescimento económico, o consumo público, a abertura comercial, o risco político, a estabilidade macroeconómica e o retorno dos projectos de investimento.

Com base nas características específicas da economia moçambicana e a disponibilidade de dados macroeconómicos para as variáveis a utilizar no modelo, foi seleccionado o modelo de Ayanwale para efectuar a estimação dos determinantes do IDE em Moçambique. Contudo, foram efectuadas algumas alterações ao modelo, de modo a

melhor ilustrar as especificidades de Moçambique e minimizar as limitações de dados estatísticos das variáveis a incluir no modelo. Neste contexto, por um lado foram incluídas duas das variáveis utilizadas por Costa (s/d), nomeadamente, a dotação de recursos naturais e a aplicação de incentivos fiscais, e por outro lado, foram excluídas as variáveis retornos dos projectos de investimento e o risco político devido a escassez de dados fiáveis para o período em análise.

4.2. Especificação do Modelo

4.2.1. Descrição das Variáveis

De acordo com o modelo de Ayanwale (2007) e obedecendo as alterações propostas, as variáveis independentes fulcrais para a estimação dos determinantes do IDE são:

- *O Crescimento do Mercado Doméstico* – é mensurado pelas taxas de crescimento do PIB real percapita, como uma variável *proxy*. É esperada uma relação positiva com os fluxos de IDE, na medida que um mercado doméstico com perspectivas de crescimento atrai uma maior quantidade de investimentos;

- *A Taxa de Abertura da Economia Doméstica* - o nível de abertura para o comércio internacional é captada pelo rácio do somatório das despesas de exportação e importação no PIB. A adopção de políticas de liberalização de comércio internacional por um lado estimula o IDE que actua com a intenção de internacionalização da produção ou a procura de recursos naturais, resultando desta forma numa relação positiva com os fluxos de IDE e por outro lado, pode repelir o IDE, na medida em que as EMNs perdem a protecção do mercado doméstico vendo as suas margens de lucro reduzidas o que pode levá-las a optar por abastecer o mercado doméstico através das exportações dos seus produtos, resultando numa relação inversa com os fluxos de IDE.

- *O Consumo Público* – é medido pelo rácio das despesas públicas no PIB. A relação desta variável com os fluxos de IDE é negativa quando a intervenção excessiva do Estado em sectores produtivos da economia causa o efeito *crowding-out* dos investimentos privados e por outro lado, é positiva quando o Estado abre espaço para a actuação do investimento privado em vários sectores e limita-se ao papel de agente regulador, de provisão de infra-estruturas e de prestação de serviços de apoio a realização de investimentos privados;

- *O Desenvolvimento de Capital Humano* – é captado pelo rácio do número de estudantes matriculados no ensino secundário pré-universitário e ensino universitário no total da população. É esperada uma relação positiva na medida que uma maior qualidade de capital humano atrai maiores fluxos de IDE;

- *O Desenvolvimento de Infra-Estruturas* – uma boa qualidade de infra-estruturas reduzem os custos operacionais e facilitam os processos de produção, comercialização e distribuição das EMNs, deste modo uma boa qualidade de infra-estruturas vai atrair maiores fluxos de IDE. Dada a disponibilidade de dados estatísticos, o consumo percapita de energia eléctrica no país será utilizado como uma variável *proxy* da qualidade de infra-estruturas e é esperada uma relação positiva com os fluxos de IDE;

- *A Estabilidade Macroeconómica* - assumindo que a estabilidade do nível geral de preços actua como um indicador de estabilidade económica e devido a existência de dados estatísticos fiáveis, esta variável é mensurada pela taxa de inflação compilada pelo índice de preços do consumidor (IPC) da cidade de Maputo como *proxy* da inflação do país³². Partindo do pressuposto que os investidores preferem realizar investimentos em países que apresentam uma maior estabilidade económica e menor grau de incerteza, é esperada uma relação negativa da inflação com o IDE;

³² O recurso do IPC da cidade de Maputo está relacionado com o facto de a série temporal do IPC actualmente compilado pelo INE, que envolve as cidades de Maputo, Beira e Nampula iniciar somente a partir de 1994. Este mesmo procedimento foi adoptado por Omar (2001) e Omar (2003).

- *A Dotação de Recursos Naturais* – a dotação favorável de recursos naturais em PVDs tem sido umas das maiores forças de atracção de IDE e é esperada uma relação positiva desta variável com o IDE. A dotação de recursos naturais é captada pelo rácio das exportações de produtos primários no PIB;

- *Os Incentivos Fiscais* – a adopção de esquemas de incentivos fiscais em economias dos PVDs é tido como um dos determinantes fulcrais do IDE na medida em que atraem os investidores ao aumentarem as suas taxas esperadas de retorno dos investimentos. Devido a complexidade dos sistemas de incentivos fiscais é utilizada uma variável *dummy* para mensurar os seus efeitos nos fluxos do IDE que toma o valor “zero” antes da introdução do CBF em Junho de 1993 e valor “um” depois de introduzido o código. É esperada uma relação positiva entre os incentivos fiscais e os fluxos de IDE.

A tabela abaixo ilustra o sumário das estatísticas descritivas das variáveis acima descritas com base nas suas observações trimestrais:

Tabela 6 - Resumo das Estatísticas Descritivas das Variáveis Incluídas no Modelo

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
IDE	3.3852	2.5289	0.1435	9.4367
PIBPERCA	8.4250	0.3160	7.7653	8.9174
ABERT	58.1741	14.5523	22.7927	83.7388
GOV	12.3280	2.5773	7.7486	22.2563
HUMANCAP	0.1836	0.1513	0.0514	0.6394
INFRA	153.0859	185.9314	1.1665	616.3281
RECNAT	6.5267	2.2691	2.0433	12.7607
INFLAC	5.7786	6.2141	-2.7496	21.8844
INCENT	0.8056	0.3985	0	1

Fonte: *Análise dos Dados, 2008*

Devido a escassez de dados estatísticos, o modelo apresentado, peca por não incorporar variáveis que captem os aspectos institucionais como fazem os trabalhos de Campos e Kinoshita (2007) e Amal e Seabra (2007) que incluíram em seus modelos os Índices de Liberdade Económica da *Heritage Foudation* e do *Wall Street Journal* e o Índice de Risco das Economias Receptoras, respectivamente, de forma a captar aspectos como os custos de abertura de negócios, as práticas de corrupção, o nível de burocracia e a protecção dos direitos de propriedade nas economias receptoras. Entretanto, com o intuito

de permitir uma visualização de alguns dos aspectos institucionais no país, a apresentação e interpretação dos resultados deste trabalho é concluída com alguns comentários dos aspectos institucionais em Moçambique, recorrendo ao uso do *Doing Business* compilado pelo Banco Mundial desde 2004, que visualiza a facilidade da realização de negócios em cerca de 178 economias através da análise das leis e dos processos burocráticos em dez indicadores³³ e do Índice de Liberdade Económica da *Heritage Foundation* e do *Wall Street Journal*, compilado desde 1995, que demonstra o nível de liberdade económica do sector privado de 162 economias³⁴.

4.2.2. O Modelo

A estimação dos determinantes do IDE em Moçambique é efectuada com base num modelo linear de múltiplas variáveis representado pela seguinte equação:

$$IDE = \alpha + \beta_1 PIBPERCA + \beta_2 ABERT + \beta_3 GOV + \beta_4 HUMANCAP + \beta_5 INFRA + \beta_6 RECNAT + \beta_7 INFLAC + \beta_8 INCENT + \varepsilon_t \dots \dots \dots (1)$$

Onde:

- IDE* - fluxos de IDE = (IDE/PIB)*100;
- PIBPERCA* - taxa de crescimento do PIB real percapita;
- ABERT* - taxa de abertura da economia = (comércio internacional/PIB)*100;
- GOV* - rácio de consumo publico no PIB;
- HUMANCAP* - nível de capital humano = (estudantes matriculados no ensino pré- universitário e universitário/ total da população);
- INFRA* - consumo percapita de energia;

³³ O *Doing Business* avalia a facilidade de realização de negócios através da análise de dez indicadores, nomeadamente, a abertura de negócios, a obtenção de licenças, a contratação de mão-de-obra, o registo de propriedade, o acesso ao crédito, a protecção dos investidores, o pagamento de impostos, o comércio internacional, o cumprimento dos contractos e o encerramento de negócios.

³⁴ O Índice de Liberdade Económica, analisa 10 indicadores, nomeadamente a liberdade empresarial, liberdade de comércio, liberdade fiscal, tamanho do governo, liberdade monetária, liberdade de investimento, liberdade financeira, direitos de propriedade, liberdade de corrupção e liberdade trabalhista, sendo que, as pontuações mais próximas de 100%, indicam um maior grau de liberdade económica dos países em análise.

<i>REC NAT</i>	- rácio das exportações primárias no PIB;
<i>INFLAC</i>	- taxas de inflação da cidade de Maputo;
<i>INCENT</i>	- incentivos fiscais = (variável <i>dummy</i>);
α	- intercepto;
ε_t	- termo erro estocástico.

4.2.3. O Processo de Estimação e a Colecta de Dados

A estimação dos determinantes do IDE, segundo a equação (1), foi realizada recorrendo ao pacote informático MICROFIT 4.1, obedecendo a metodologia MQOs e os princípios básicos de um MCRL. Para o processo de estimação foram utilizadas séries temporais trimestrais referentes ao período 1990(1)-2007(4), onde os dados dos fluxos de IDE, das exportações, das importações, do consumo de energia eléctrica e do IPC da cidade de Maputo encontravam-se em valores trimestrais e os dados do PIB, das despesas públicas, do número de estudantes matriculados no ensino pre-universitário e universitário e da população encontravam-se em valores anuais e os seus valores trimestrais foram estimados através do método de interpolação linear de Lisman e Sandee (1964).

Os dados dos fluxos de IDE, das exportações e das importações foram recolhidos nas compilações trimestrais da BOP do BM, os valores do consumo de energia foram recolhidos nos relatórios da empresa Electricidade de Moçambique (EDM), enquanto que os dados do PIB, das despesas públicas, número de estudantes matriculados no ensino pré-universitário e universitário e da população total foram recolhidos nos anuários estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE). Os dados do IPC da cidade de Maputo foram recolhidos em duas fontes distintas, devido as diferenças de metodologia de cálculo da inflação no país. Para a série de 1990 a 1994 recorreu-se aos dados compilados por Omar (2001) que estimou os determinantes da procura das notas e moedas em circulação em Moçambique e os dados de 1994 a 2007 foram recolhidos pelas séries compiladas pelo INE.

CAPÍTULO 5: OS DETERMINANTES DO IDE EM MOÇAMBIQUE

5.1. A Estimação e Interpretação dos Resultados do Modelo

Os resultados obtidos do processo de estimação segundo a metodologia dos MQOs e os princípios de um MCRL estão ilustrados na tabela abaixo:

Tabela 7 – Resumo dos Resultados da Função de Regressão

Variáveis	Coefficientes	Erro Padrão	T-Ratio [Prob]
<i>INTERCEPT</i>	0.0842	0.7665	0.10994[.913]
<i>PIBPERCA</i>	1.2598	2.8180	6.1249[.000]
<i>ABERT</i>	-0.1318	0.0385	-3.4160[.001]
<i>GOV</i>	1.4054	0.2185	6.4296[.000]
<i>HUMANCAP</i>	3.6072	5.2946	0.68129[.498]
<i>INFRA</i>	0.0043	0.0067	0.64462[.522]
<i>REC NAT</i>	-2.7170	0.2326	-11.6783[.000]
<i>INFLAC</i>	-6.4632	22.5518	-6.0511[.000]
<i>INCENT</i>	0.5781	0.8504	0.67991[.499]

$\bar{R}^2 = 0.93786$
 $F = 132.276$

Fonte: *Análise de Dados, 2008*

Em relação aos coeficientes estimados, é de realçar que os coeficientes das variáveis *PIBPERCA*, *ABERT*, *GOV*, *REC NAT* e *INFLAC* são estatisticamente significativos aos níveis convencionais de significância de 1%, 5% e 10%, enquanto que as variáveis *INTERCEPT*, *HUMANCAP*, *INFRA* e *INCENT* revelaram-se estatisticamente não significativos a todos os níveis convencionais de significância. Por outro lado, sete dos coeficientes apresentam os sinais esperados em conformidade com a teoria económica e apenas um, o coeficiente da variável *REC NAT*, apresenta sinal contrário a teoria económica. O modelo estimado ajusta-se aos dados, com um coeficiente de determinação ajustado de 93.78%, o que revela que as variáveis do modelo explicam em grande parte o comportamento dos fluxos de IDE. De constatar ainda que, em conjunto todas as variáveis incluídas são relevantes, pelo facto de que a partir do teste conjunto F, não

haver evidências empíricas para não rejeitar a hipótese nula de que os coeficientes das variáveis são em simultâneo iguais a zero. Com base nos testes diagnósticos ilustrados no anexo II, pode-se averiguar que não há evidências de violação dos pressupostos de um MCRL, pelo facto de que a todos os níveis de significância convencionais, não há evidências empíricas para rejeitar as hipóteses nulas de não existência de autocorrelação serial entre as perturbações ou termos estocásticos, forma funcional correcta e homoscedasticidade. Com base nos resultados da tabela 7, as relações das variáveis com os fluxos do IDE, considerando todos os outros factores constantes, podem ser interpretados individualmente como se segue:

O Crescimento do PIB

O *PIBPERCA* apresentou uma relação positiva e estatisticamente significativa com o IDE como era esperado pela teoria económica, o que revela que o crescimento económico de Moçambique a taxas médias anuais de 6.87%³⁵, detém um papel fulcral para a atracção de fluxos de IDE. O crescimento do económico origina o aumento do poder de compra das populações, o que por sua vez incrementa o consumo privado, aumenta a procura de serviços de apoio para as indústrias instaladas e por último aumenta as necessidades de consumo público e deste modo atrai novos projectos de investimento privado. Outro efeito indirecto a considerar, do crescimento do PIB para a atracção do IDE, é o facto de o persistente crescimento da economia nacional ser um indicador de prosperidade económica o que incrementa as expectativas de lucro dos investidores estrangeiros.

Esta relação é reforçada pela constatação de que, de 1990 a 2007 os sectores da indústria transformadora, bancos e seguradoras, construção e obras públicas, transportes e comunicação e outros sectores, onde encontram-se os projectos de IDE que procuram abastecer o mercado doméstico e actuam como substitutos das importações, beneficiaram de cerca de 56.74% do número de projectos de IDE aprovados no país, o que em termos de capital aprovado corresponde a 27.18%.

³⁵ Cálculo do autor

A Abertura Comercial

A relação inversa e estatisticamente significativa da *ABERT* com os fluxos de IDE pode ser explicada pelo facto de a maior abertura comercial do país retrair os investidores com o intuito de abastecer o mercado doméstico na medida em que estes preferem abastecer o mercado interno através das exportações dos seus produtos para Moçambique quando as barreiras comerciais são retiradas. O facto do país ser muito propenso a importar e a retirada das barreiras comerciais eliminar a protecção dos investidores em sectores considerados substitutos de importação, pode retrair os investidores devido aos elevados custos de implementação de filiais de IDE e os constrangimentos de baixa produtividade, que fazem com que os investidores estrangeiros incorram em inúmeras dificuldades para enfrentar a concorrência externa³⁶, pelo menos na fase inicial dos seus projectos.

Por outro lado, a abertura comercial do país é maioritariamente explicada pela expansão das despesas de importação e não de exportação, o que revela a fraca atracção de projectos de IDE para sectores orientados para promoção de exportação, que pode estar, associada a factores como o fraco desenvolvimento e distribuição de infra-estruturas económicas, principalmente nas zonas onde se encontram as fontes de matéria prima, a reduzida competitividade e fraca integração em mercados de comércio internacional. Os resultados ilustram que a simples liberalização comercial não cria incentivos suficientes para maior atracção de projectos de IDE para os sectores de promoção de exportação e de substituição de importação.

O Consumo Público

A variável *GOV* apresenta uma relação positiva e estatisticamente significativa com os fluxos do IDE, o que reflecte que a actual intervenção do Estado na economia moçambicana possui um efeito *crowding-in* nos investimentos privados. Esta relação

³⁶ A título de exemplo, Bolnick (2004), argumenta que a atracção de investidores para o sector de açúcar em Moçambique, foi incentivada através do incremento das tarifas de importação do açúcar, pois os investimentos neste sector exigiam inicialmente a completa reabilitação da indústria nacional do açúcar, o que faria com os investidores incorressem em elevados custos de transacção e baixos níveis de produtividade e competitividade na fase inicial dos projectos.

pode ser sustentada pela intervenção do Estado através de políticas que garantam a liberalização dos mercados, a adopção de programas de privatização³⁷, a maior concentração das despesas públicas em sectores de carácter social como a educação e saúde, a adopção de programas de desenvolvimento de infra-estruturas económicas com o apoio dos parceiros externos, a formulação e criação de leis e instituições que garantam uma maior protecção dos direitos de propriedade privada, a implementação de reformas no mercado de trabalho com o intuito de transmitir uma maior flexibilização nos processos de contratação de mão-de-obra e os esforços para a promoção de um ambiente de negócios mais atractivo.

O Nível de Capital Humano

A relação positiva e estatisticamente não significativa da variável *HUMANCAP*, com os fluxos de IDE revela que os investimentos estrangeiros em Moçambique devido a intensidade de capital procuram mão-de-obra qualificada, no entanto, o nível de capital humano existente no país ainda é bastante reduzido e não satisfaz as exigências dos investidores estrangeiros directos³⁸. Em certos casos, os investidores estrangeiros incorrem em custos de formação da mão-de-obra local e contratação de mão-de-obra estrangeira que oferecem uma qualidade de capital humano que melhor responde as suas necessidades. O perigo desta relação é que a promoção do emprego por parte dos investimentos estrangeiros para além de ser reduzida pelo facto dos projectos serem capital intensivos, reduz também pelo facto destes projectos serem “*know-how*” intensivos.

³⁷ Segundo Wei e Balasubramanyam (2004) a privatização de cerca de 900 empresas incluindo todo o sector financeiro e uma vasta gama de indústrias de manufactura contribuíram em grande parte para o bom desempenho de Moçambique na atracção de projectos de IDE.

³⁸ Segundo UNITED NATIONS (2001) os recursos humanos qualificados em Moçambique são escassos, no país existe uma grande abundância de oferta de mão-de-obra com baixo nível de educação e sem formação profissional e encontrar e reter mão-de-obra qualificada tem sido um dos maiores desafios dos investidores privados.

O Desenvolvimento de Infra-estruturas

A variável *INFRA* apresenta uma relação positiva com os fluxos de IDE, mas estatisticamente não significativa, o que revela que grande parte dos investimentos realizados no país necessita de uma boa qualidade de infra-estruturas para o desenvolvimento das suas actividades produtivas, contudo o país ainda não oferece uma qualidade de infra-estruturas atractivas para estes investimentos. Moçambique apresenta um elevado défice de infra-estruturas principalmente no sentido norte a sul do país e das zonas rurais para os mercados urbanos, carência esta resultante de factores como a destruição das infra-estruturas existentes durante os 16 anos de guerra civil e o facto de que as infra-estruturas existentes herdadas da administração colonial, encontrarem-se concentradas nos corredores de desenvolvimento de Maputo, Beira e Nacala que privilegiam as ligações entre os países vizinhos do *hinterland* com os principais portos do país.

Outro entrave para os investidores estrangeiros pode estar relacionado com o abastecimento de energia eléctrica que apesar do elevado potencial hidroeléctrico e dos esforços de expansão do abastecimento de energia, ainda é muito restrito e não atinge a maioria das zonas rurais. O estado subdesenvolvido das infra-estruturas pode figurar como um dos principais responsáveis pela concentração regional dos projectos de IDE, principalmente na província de Maputo, onde a qualidade das infra-estruturas é melhor que no resto do país.

A Dotação de Recursos Naturais

A variável *REC NAT* revelou uma relação negativa e estatisticamente significativa com os fluxos de IDE, contrariando a relação esperada pela teoria económica. Este facto pode ser sustentado pelo reduzido valor das exportações de produtos primários em Moçambique no período de 1990 a 2007, maioritariamente constituídas por produtos agrícolas e pesqueiros de reduzido valor acrescentado, o que de certa forma não oferecem incentivos aos investidores estrangeiros para os sectores orientados para a promoção de exportação.

Outro aspecto que pode sustentar a relação inversa é o facto de que a maioria dos projectos realizados no país com a intenção de explorar os recursos naturais são muito recentes. Os projectos nos sectores da agricultura, agro-indústrias, aquacultura e dos recursos minerais, que representam apenas 27.12% do número de projectos aprovados e cerca de 66.47% do capital dos projectos aprovados³⁹. O grosso dos investimentos para a exploração de culturas de rendimento como o açúcar, o algodão e o tabaco e os grandes investimentos de exploração de recursos minerais como o gás natural, areias pesadas, ouro e de carvão mineral foram aprovados a menos de dez anos e parte deles até 2007 não haviam atingido os seus níveis máximos de produção e de exportação e os mais recentes nem sequer alcançaram a fase de produção, encontrando-se ainda na fase de investimentos em áreas de pesquisa e de construção de infra-estruturas necessárias para a exploração dos recursos naturais. Neste contexto, a variável *RECNAT* mensurada pelo peso de exportação de produtos primários no PIB não é o melhor indicador de atracção do IDE para os sectores orientados para a exploração de recursos naturais⁴⁰.

A Estabilidade Macroeconómica

A estabilidade macroeconómica mensurada por *INFLAC* revelou uma relação negativa e estatisticamente significativa com os fluxos de IDE como era esperada pela teoria económica, pois uma maior aceleração dos preços eleva o nível de incerteza e de risco para os investidores externos. Ao longo do período em análise, Moçambique apresentou uma taxa de inflação média anual de 24.15%⁴¹, sendo que durante os anos de 1990 a 1996, apresentou uma taxa média anual de cerca de 51.07%. Porém, nos anos de 1997 a 2007 o país revelou uma tendência de maior estabilização dos preços com uma taxa de inflação média anual abaixo dos 10% como resultado das reformas políticas adoptadas no âmbito dos programas de reabilitação e ajustamento estrutural e um controle mais efectivo das políticas de estabilização. A adopção de políticas económicas que garantam

³⁹ O peso elevado destes projectos no capital dos projectos aprovados deve-se em grande parte ao valor do projecto da refinaria de petróleo de Nacala Velha em Nampula.

⁴⁰ Lafleur (2006), sustenta este facto argumentando que as exportações primárias, com algumas excepções, têm verificado taxas de crescimento patéticas, o que revela o reduzido número de projectos e a reduzida produtividade nesses sectores.

⁴¹ Cálculo do autor

a estabilidade macroeconómica da economia moçambicana revelou-se um factor essencial para uma maior atracção do IDE.

Os Incentivos Fiscais

A variável *INCENT* revelou uma relação positiva com os fluxos de IDE, mas estatisticamente não significativa, o que salienta o facto de que a concessão de incentivos fiscais detêm uma reduzida importância na atracção dos projectos de IDE para o país. Este facto é consentâneo com a teoria de que a adopção de CBF não pode ser visto como uma estratégia generalizada para a atracção do IDE pelo facto de os benefícios fiscais serem relevantes para determinados projectos e em certas circunstâncias. Para Bolnick (2004), os incentivos fiscais são fundamentais nos casos em que projectos de IDE são viáveis em outras regiões e países onde os determinantes não fiscais são similares, bem como, para os projectos cuja a viabilidade económica e financeira dependem da concessão de incentivos fiscais. A relevância dos esquemas de incentivos fiscais depende do sector, região e projecto de investimento e a adopção de incentivos fiscais para projectos que não dependem destes tipos de incentivos resulta em perdas de receitas fiscais vitais para o financiamento do crescimento económico do país.

Os Aspectos Institucionais

Os aspectos institucionais são geralmente determinantes para uma maior atracção dos projectos do IDE e a sua ligação com estes projectos tem sido positiva nos casos em que as instituições garantem uma maior flexibilidade na abertura de negócios e na protecção dos direitos de propriedade privada. Embora não tenha sido possível incorporar no modelo uma variável representativa dos aspectos institucionais, importa tecer algumas considerações sobre a qualidade das instituições em Moçambique de forma a permitir a análise do seu possível relacionamento com os fluxos do IDE no país.

De acordo com o Doing Business, no ano de 2007 Moçambique ocupou a posição 134 num conjunto de 178 países, com um dos ambientes de negócios mais custosos do mundo

e da região da SADC, onde as Maurícias ocuparam a posição 27, a África do Sul 35, a Namíbia 43 e o Botswana 51. O mau desempenho do país nos indicadores como a: (i) abertura de negócios, em que eram necessários uma média de 14 procedimentos e cerca de 153 dias úteis para abrir uma empresa em 2004 e tendo reduzido apenas para 13 procedimentos e cerca de 113 dias úteis em 2007; (ii) as dificuldades na contratação de mão-de-obra em que desde de 2004 é imposta uma média de 143 semanas de salários para efeitos de indemnização dos trabalhadores em casos de despedimento; (iii) a burocracia no registo de propriedade em que desde de 2004 são necessários uma média de oito procedimentos e cerca 42 dias úteis para registar uma empresa e (iv) as dificuldades de garantir o cumprimento dos contractos em que desde 2004 são despendidos uma média de 1.010 dias úteis para penalizar os casos de violação dos contractos e o cumprimento de 32 procedimentos, têm revelado alguns dos principais constrangimentos institucionais enfrentados pelos investidores privados no país.

Outro indicador de relevo que permite visualizar a qualidade das instituições é o Índice de Liberdade Económica⁴², que segundo este, em 2007 Moçambique classificou-se como a 96ª economia mais livre entre as 162 economias avaliadas, com uma classificação de 55.4% não tendo registado uma significativa evolução desde 1995 em que alcançou a pontuação de 45.45%. A fraca classificação do país neste índice está associada ao seu fraco desempenho na protecção dos direitos de propriedade em que classificou-se com uma pontuação de 30% sem ter registado nenhuma evolução desde 1995 e na liberdade de corrupção em que evoluiu de 10% em 1995 para apenas 28% em 2007 o que indica que as práticas de corrupção ainda são uma evidência no país e poucas mudanças tem sido registadas nesta área. Os aspectos institucionais revelam que Moçambique apresenta um ambiente de negócios bastante custoso para os investidores privados em que a burocracia, a fraca protecção dos direitos de propriedade privada e as práticas de corrupção constituem os principais obstáculos para a realização de projectos de investimento privado no país.

⁴² Para mais detalhes sobre o Índice de Liberdade Económica de 2007, veja o ponto 4.2.1 do trabalho.

CAPÍTULO 6: CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA

6.1. Conclusões

A estimação dos determinantes macroeconómicos dos fluxos de IDE em Moçambique permitiu a identificação dos elementos fortes e fracos que o país oferece para a atracção destes projectos. Dos factores analisados, as variáveis consideradas fundamentais para uma maior atracção dos projectos de IDE para o país foram: (i) O crescimento da economia nacional, que revelou uma relação positiva e estatisticamente significativa com os fluxos de IDE, demonstrando ser um factor preponderante para a maior atracção destes projectos na medida em que torna o mercado moçambicano mais atractivo para os investidores estrangeiros, principalmente para os investimentos nos sectores da indústria transformadora, bancos e seguradoras, construção e obras públicas, transportes e comunicação e outros sectores; (ii) A intervenção do Estado na economia, que demonstrou deter um efeito *crowding-in* nos projectos de IDE pelo facto do Estado abrir espaços através da adopção de programas de privatizações, investimentos nas áreas de carácter social, provisão de infra-estruturas económicas e a liberalização de mercados para a actuação do sector privado; (iii) A estabilidade macroeconómica, que pela relação negativa e estatisticamente significativa, sugere que a garantia da estabilidade do nível geral de preços é vital para uma maior atracção dos projectos de IDE na medida em que reduz o nível de risco e de incerteza que a economia oferece aos investidores privados.

Por outro lado, as restantes variáveis incluídas no modelo revelaram efeitos pouco atractivos para os projectos de IDE, pois: (i) A abertura comercial demonstrou um efeito negativo e estatisticamente significativo na atracção de projectos de IDE, pelo facto de os projectos orientados para o abastecimento do mercado doméstico preferirem abastecer o mercado moçambicano por via de exportações dos seus produtos a medida em que as barreiras comerciais são retiradas, devido aos elevados custos inerentes a implementação de filiais de EMNs no país e as dificuldades de enfrentar a concorrência externa; (ii) Apesar do efeito positivo nos fluxos de IDE, o desenvolvimento de infra-estruturas económicas e a existência de mão-de-obra qualificada apresentaram uma relação estatisticamente não significativa, pelo facto de Moçambique não possuir estes factores

em qualidade e nem em quantidades suficientes para promover uma maior atracção do IDE; (iii) A dotação de recursos naturais no país evidenciou uma relação negativa e estatisticamente significativa com os fluxos de IDE, devido ao reduzido nível de exportações de produtos primários no período em análise e pelo facto de a maioria dos projectos virados para estes sectores serem recentes e encontrarem-se a realizar investimentos nas áreas de pesquisa e de construção de infra-estruturas necessárias para o seu funcionamento; (iv) A adopção de esquemas de incentivos fiscais, apresentou uma relação positiva mas estatisticamente não significativa, referenciado que o CBF não pode ser visto como uma estratégia generalizada para a atracção dos projectos de IDE, pois, nem todos os projectos de IDE realizados no país são sensíveis ao benefício de incentivos fiscais e (v) Apesar de não ter sido estimada a relação dos fluxos de IDE com os aspectos institucionais, pode-se afirmar que a qualidade de instituições no país também é um factor preponderante para maior atracção dos investimentos privados estrangeiros e no entanto, Moçambique ainda apresenta um dos ambientes de negócios mais caros do mundo e da região da África Austral, associado a fraca protecção dos direitos de propriedade privada e a a prevalência de instituições pouco transparentes o que de certo modo retrai os investidores directos estrangeiros.

Deste modo, pode-se concluir que o crescimento económico, a adopção de políticas para garantir a estabilidade macroeconómica e a intervenção do Estado na economia são os factores que mais contribuem para a atracção do IDE em Moçambique confirmando assim a segunda hipótese proposta neste trabalho. Por outro lado, factores como a abertura comercial e a dotação de recursos naturais detêm um efeito negativo nos fluxos de IDE, enquanto que, o desenvolvimento de infra-estruturas, a qualidade do capital humano, a concessão de incentivos fiscais e os aspectos institucionais, simplesmente não explicam a atracção do IDE para o país. Estas conclusões sugerem a necessidade de adopção de medidas de política económica que promovam o melhor desempenho destas variáveis de modo que contribuam para uma maior atracção dos projectos de IDE, uma vez que as experiências de outras economias, realçam estes factores como elementos vitais e com efeitos positivos para uma maior atracção do IDE para as economias receptoras.

6.2. Implicações para a Política Económica

Moçambique é um país subdesenvolvido com elevados índices de pobreza absoluta e que precisa de crescer continuamente para poder melhorar o bem-estar da sua população. Neste contexto, o IDE joga um papel importante no financiamento do crescimento económico, visto que, a poupança interna é insuficiente para financiar a expansão económica do país, o que salienta a necessidade de adopção de políticas económicas proactivas com vista a estimular os elementos que contribuam para uma maior atracção do IDE. Os resultados obtidos no processo de estimação reforçam este facto, sugerindo que a política económica deva orientar-se para a:

- (i) Continuidade da implementação de estratégias e planos de acção para políticas económicas de médio e longo prazo que promovam um crescimento económico contínuo, com o intuito de tornar a economia moçambicana cada vez mais atractiva para os investidores directos estrangeiros;
- (ii) Adopção de políticas fiscais e monetárias prudentes capazes de garantir a estabilidade macroeconómica de forma a minimizar os riscos de investimento na economia nacional;
- (iii) Garantia da continuidade do efeito *crowding-in* da intervenção do Estado nos investimentos privados, de modo que, o Estado seja um complemento dos investimentos privados e não um competidor;
- (iv) Revisão da concessão dos benefícios fiscais, pois, a relação positiva mas estatisticamente não significativa desta variável com os fluxos de IDE, realça a necessidade de evitar a concessão de benefícios fiscais a projectos que não dependem de tais benefícios, de forma a minimizar a perda de recursos para a economia, uma vez que, estes projectos quando devidamente tributados podem gerar significativos aumentos das receitas públicas contribuindo assim para um maior financiamento dos programas de despesas públicas e a redução da dependência do O.G.E. em relação a ajuda internacional

e empréstimos de dívida pública⁴³. Neste âmbito, a política fiscal deve cingir-se pela adopção de critérios de concessão de incentivos fiscais selectivos que sejam capazes de conceder estes benefícios aos projectos mais sensíveis aos incentivos fiscais através de processos de negociação com os investidores;

(v) Maior abertura comercial, pois, apesar da eliminação das barreiras comerciais reduzirem a atracção de projectos de IDE virados para o abastecimento do mercado doméstico, a crescente abertura comercial do país poderá permitir uma maior atracção de outros tipos de projectos de IDE que sejam grandes importadores de bens e serviços intermediários e orientados para a exportação dos seus produtos finais, bem como, possibilitar um maior acesso a novos mercados, como o exemplo da realização da integração regional dos países membros da SADC que irá aumentar consideravelmente a dimensão de mercados que Moçambique terá acesso e consequentemente reforçar a atracção de novos projectos de IDE para o país. Para superar o efeito negativo da eliminação das barreiras comerciais nos fluxos de IDE, a política comercial deve pautar por uma maior abertura comercial acompanhada pela realização de acordos comerciais que permitam maior acesso à mercados regionais e mundiais, por políticas de desenvolvimento institucional que garantam a modernização dos sistemas alfandegários e a redução das barreiras burocráticas no processamento das mercadorias para a realização do comércio internacional;

(vi) Aceleração do desenvolvimento de infra-estruturas e do capital humano, através de políticas de médio e longo prazo, que permitam a continuidade da expansão da rede de escolas e hospitais, com maior ênfase nas zonas rurais, de expansão de instituições de ensino superior e técnico profissional, bem como na concessão de incentivos para as actividades de pesquisa e desenvolvimento. É necessário também, assegurar a aceleração dos programas de expansão da rede de estradas e pontes, caminhos de ferro e de abastecimento de energia eléctrica e água potável no eixo norte a sul do país e nas zonas

⁴³ Para Lafleur (2006) a actual estrutura dos CBF tende a favorecer em grande parte os grandes projectos, que são considerados os menos sensíveis aos benefícios fiscais devido a intensidade de capital e a dimensão das EMNs, e estes projectos quando devidamente tributados poderiam aumentar as receitas públicas em cerca de 3% do PIB.

rurais, recorrendo sempre que possível ao financiamento de parceiros externos, a assistência técnica internacional e a implementação de parcerias público privadas;

(vii) Adopção de iniciativas que promovam a maior atracção de projectos de IDE orientados para a exploração dos recursos naturais, através da divulgação dos potenciais minerais, pesqueiros e agrícolas que o país oferece bem como pela simplificação da legislação e dos processos de concessão de licenças de exploração nestas áreas, de forma a minimizar os constrangimentos de falta de serviços de apoio e a carência de infra-estruturas que permitam o acesso as zonas onde se encontram as fontes de matéria-prima;

(viii) Implementação de medidas que minimizem os entraves institucionais que os investidores estrangeiros enfrentam e que agravam em grande parte os custos de transacção e de implementação de empresas filiais das EMNs, através da adopção de políticas que reforcem a capacidade institucional, que divulguem e implementem as práticas de boa governação, que promovam a descentralização e a simplificação dos processos de decisão e que introduzam medidas de punição para as práticas de corrupção.

Portanto, uma maior atracção dos projectos do IDE em Moçambique e numa base mais diversificada, está associada a adopção de medidas de política económica que promovam o crescimento económico contínuo, que garantam a manutenção da estabilidade macroeconómica, que assegurem o efeito positivo da intervenção do Estado no investimento privado, que racionalizem a concessão de incentivos fiscais para reduzir as perdas de receitas fiscais, que promovam uma maior abertura comercial, que acelerem o desenvolvimento do capital humano e das infra-estruturas, que promovam a maior atracção dos projectos de investimento para a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e que reduzam os entraves institucionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCOLEY, Delali, The Determinants and Impacts of Foreign Direct Investment, (Dissertação de Mestrado em Economia), London Metropolitan University, 2003, 65 p;
- AJAYI, S. Ibi (Ed.), Foreign Direct Investment in Sub - Saharan Africa: Origins, Targets, Impact and Potential, AERC, Kenya Nairobi, 2006, 244 p;
- ALFARO, Laura et all, Why Doesn't Capital Flow From Rich to Poor Countries? An Empirical Investigation, Novembro, 2005, 69 p;
- AMAL, Mohamed & SEABRA, Fernando, Determinantes do Investimento Directo Externo na América Latina: Uma Perspectiva Institucional, 2007, 15p;
- ANDERSSON, Per-ke, " Impacto dos Megaprojectos na Economia Moçambicana" in: Rolim, Cassio (ORG.) et all: A Economia Moçambicana Contemporânea: Ensaio, Maputo, Moçambique, Imprensa Universitária, , 2002, p 441-469;
- AYANWALE, Adeolu B., Foreign Direct Investment and Economic Growth: Evidence from Nigeria, AERC Research Paper n° 165, Nairobi, 2007, 48p;
- AWAD, Talib M., The Jordanian Economy and Foreign Direct Investment, Faculdade de Administração e Gestão de Empresas, Universidade da Jordânia, 2006, 30p;
- BANCO DE MOÇAMBIQUE (Ed.), Boletim Anual da Balança de Pagamentos de 2006, Maputo, Junho de 2007, 90 p;
- BANCO MUNDIAL, Doing Business 2007: Mozambique – Comparing Regulation in 178 Economies, Washington, 2007, 77 p;
- BJORVATN, Kjetil et all, The Role of Foreign Direct Investment in Economic Development, Working Paper n° 62/01, 2001, 27p;
- BOLNICK, Bruce (Org.), Effectiveness and Economic Impact of Tax Incentives in the SADC Region, Nathan MSI-Group, 2004, 169p;
- CASTELO BRANCO, Carlos Nuno (CNB), Industria e Industrialização em Moçambique: Análise da Situação Actual e Linhas Estratégicas de Desenvolvimento, 2003, 46p;
- COSTA, Carla Guapo, Factores de Atracção Do Investimento Directo Estrangeiro para a Economia Brasileira nos Anos de 90 e Repercussões Sobre a Especialização Internacional no Brasil, [ca 2000], 25 p;

- GRIEG-GRAN, Maryanne, Towards Sustainable FDI in Asia, International Institute for Environment and Development, London, 2002, 54p;
- HOLMES, KIM R. (ORG.) et al, Índice de Liberdade Económica 2007, The Heritage Foundation, Fórum da Liberdade Económica, Brasil. 2007, 31 p;
- JENKINS, Carolyn & THOMAS, Lynne, Foreign Direct Investment in Southern Africa: Determinants, Characteristics and Implications for Economic Growth and Poverty Alleviation, 2002, 62 p;
- LAFLEUR, Ambiente de Negócios de Moçambique, Maputo, 2006, 6 p;
- LALL, Sanjaya, Foreign Direct Investment and Development: Policy and Research Issues in the Emerging Context, Working Paper n°43, Queen Elizabeth House, University of Oxford, 2000, 27p;
- LEE, Hak-Loh (Org.) & HOUDE, Marie-France (Org.), Main Determinants and Impacts of Foreign Direct Investment on China's Economy, OCDE, Working Papers on International Investment n° 2000/4, Dezembro de 2000, 38p;
- LIPSEY, Robert E., Foreign Direct Investments and the Operations of Multinational Firms: Concepts, Historial, and Data, National Bureau of Economic Research (NBER) Working paper n°8665, Cambridge, 2001, 58p;
- LISMAN, J.H.C & SANDEE, J., Derivation of Quarterly Figures from Annual Data, Applied Statistics, J-Stor, Volume 13, n°2, 1964, 5p;
- MACHADO, Carlos A.P., Economia da Empresa Multinacional : Definições e Teorias Explicativas, Texto de Apoio n°5, 2005, 24p;
- MAHOMED, Mahomed R.J., Tendências do Investimento Privado em Moçambique, CPI, [ca.2004], 17 p;
- MANJATE, Sidónio B., O Impacto Macroeconómico dos Mega Projectos em Moçambique: O Caso da Sasol. (Tese de Licenciatura em Economia), Faculdade de Economia, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2005, 45 p;
- MANKIW, N.G. (2002) *Macroeconomia*. 5.ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004, p. 124-158;
- METIER Consultoria e Desenvolvimento, Impacto do Processo de Privatização em Moçambique: 1986 a 1998, In-site n° 2, Maputo, 2003, 58p;
- MORISSET, Jacques (2000), Foreign Direct Investment in Africa: Policies Also Matter,

- World Bank and The International Finance Corporation Foreign Investment Advisory Service, November, 2000, 26p;
- MWILIMA, Ntawala, The Myth of Foreign Direct Investment, Namíbia, 2003, 5 p, disponível em <http://www.namibian.com.na/2003/december/columns/03F99FA03.html> [Acesso em 25/04/2008];
- NAÇÕES UNIDAS, Câmara Internacional do Comércio, An Investment Guide To Mozambique: Opportunities and Conditions, Nova Iorque, Junho de 2001, 75p;
- _____. UNCTAD, World Investment Report: Promoting Linkages, Nova York e Geneva, 2001, 382p;
- _____. UNCTAD, World Investment Report: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development, Nova York e Geneva, 2007, 286p;
- NEARY, J. Peter, Foreign Direct Investment: The OLI framework", in Ramkishen S. Rajan and Kenneth A. Reinert, eds., *Princeton Encyclopedia of the World Economy*, Princeton University, 2007, 13 p;
- NONNENBERG, M.J.B. & MENDONÇA, M.J.C., Determinantes dos Investimentos Directos Externos em Países em Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), Brasil, 2004, 76p;
- OCDE, OCDE Benchmark Definition of Foreign Direct Investment, 3ª Edição, 2007, 241p;
- _____, Foreign Direct Investment for Development: Maximising Benefits, Minimising Cost – Overview, Paris – França, 2002, 34 p;
- _____, New Horizons and Policy Challenges for Foreign Direct Investment in the 21st Century, in "OCDE Global Forum on International Investment", México, 26 a 27 de Novembro, 2001, 41p;
- OMAR, J.L.A., Determinantes da Procura das Notas e Moedas em Circulação em Moçambique: Uma Abordagem Econométrica, Banco de Moçambique – Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas, Maputo, Staff Paper n° 13, 2001, 70 p;
- _____, J.L.A., Modelação da Inflação em Moçambique: Uma Contribuição, Banco de Moçambique – Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas, Maputo, Staff Paper n° 18, 2003, 45 p;

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, Lei que regula o Investimento Privado em Moçambique, Lei nº3/93, de 24 de Junho de 1993.

SINGH, Harinder & JUN, Kwang W, Some New Evidence on Determinants of Foreign Direct Investment in Developing Countries, Banco Mundial, Departamento de Economia Internacional, Novembro de 1995, 48p;

THE HERITAGE FOUNDATION, Index of Economic Freedom 2007: Mozambique, Disponível em < <http://www.heritage.org/Index/country.cfm?id=Mozambique>> [Acesso em 20/10/2008];

WEI, Yingqi Annie & BALASUBRAMANYAM, V.N., Foreign Direct Investment: Six Country Case Studies (New Horizons in International Business), Edward Elgar Publishing, 2004, p. 170-198;

WELLS, L.T & BUEHRER, T.S., “Reduzir a Burocracia: Lições da MOZAL para o Melhoramento do Clima de Investimentos em Moçambique”, in: Rolim, Cassio (ORG.) et all: A Economia Moçambicana Contemporânea: Ensaios, Maputo, Moçambique, Imprensa Universitária, , 2002, p 441-469;

WONG, Ching Yu & ADAMS, Charles, Trend in Global and Regional Foreign Direct Investment Flows, in Conference on Foreign Direct Investment: Opportunities and Challenges for Cambodja, Laos and Vietnam, Fundo Monetário Internacional, Hanoi, Vietname, 16 a 17 de Agosto de 2002, 34p;

ANEXOS

Anexo I

Tabelas:

Tabela 1. 1 - Fluxos de IDE para as Economias Hospedeiras de 1990-2006, em 10⁹ USD, a preços correntes, valores absolutos

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
O Mundo	201.59	154.80	170.47	224.13	254.26	342.59	392.74	489.24	709.30	1,098.90	1,411.37	832.57	621.99	564.08	742.14	945.80	1,305.85
Países Desenvolvidos	165.63	114.62	115.49	143.27	148.21	222.00	239.42	286.64	509.09	860.15	1,146.24	609.03	442.28	361.19	418.86	590.31	857.50
Europa	97.04	79.23	77.15	77.86	84.90	135.98	131.16	153.29	293.87	521.23	721.93	392.72	314.58	277.08	209.20	494.98	566.39
América do Norte	56.00	25.68	23.95	55.39	53.30	68.03	94.09	114.92	197.24	308.12	380.80	187.12	96.61	60.63	135.46	129.95	244.43
Outros Países Desenvolvidos	12.58	9.71	14.40	10.01	10.01	17.99	14.17	18.42	17.99	30.80	43.50	29.18	31.09	23.49	74.19	-34.62	46.67
PVD	35.89	39.95	53.19	77.58	103.55	115.96	147.05	190.57	189.64	228.46	256.09	212.02	166.32	178.70	283.03	314.32	379.07
América Latina e Caraíbas	9.75	11.79	16.21	15.84	28.97	29.61	46.28	73.41	84.59	104.07	97.80	78.46	54.32	44.69	94.29	75.54	83.75
Ásia e Oceânia	23.34	24.62	33.14	56.30	68.48	80.70	94.81	106.14	95.57	111.99	148.60	113.57	98.43	115.33	170.72	209.13	259.77
Africa	2.81	3.54	3.84	5.44	6.10	5.65	5.96	11.02	9.48	12.40	9.68	19.98	13.57	18.68	18.02	29.65	35.54
Economias do Leste da Europa e em Transição (CIS) ⁴⁴	0.07	0.23	1.78	3.27	2.50	4.63	6.27	12.04	10.57	10.28	9.04	11.52	13.39	24.19	40.26	41.17	69.28

Fonte: UNCTAD, *World Investment Report 2007*

⁴⁴ CIS: Commonwealth of Independent States: Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Kazakquistão, Kyrzikistão, República da Moldova, Federação Russa, Uzberkistão, Belarus, Tajiskistão, Turkmekistão e Ucrânia.

Tabela 1. 2 - Stocks de IDE nas Economias Hospedeiras de 1990-2006, em 10⁹ US Dolares, a preços correntes.

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Mundo	1,779.20	1,939.36	2,006.58	2,182.63	2,421.20	2,761.27	3,083.11	3,522.06	4,168.22	4,939.45	5,810.19	6,210.76	6,789.21	8,185.39	9,570.52	10,048.02	11,998.84
Países Desenvolvidos	1,414.39	1,536.59	1,552.35	1,648.46	1,817.22	2,073.30	2,262.12	2,378.20	2,905.68	3,330.57	4,031.33	4,324.44	4,934.23	6,034.67	7,054.85	7,121.53	8,453.85
Europa	796.88	879.44	893.07	931.62	1,061.99	1,221.40	1,316.84	1,360.75	1,771.68	1,934.88	2,293.83	2,490.56	3,037.02	3,914.36	4,675.18	4,690.42	5,717.20
América do Norte	507.75	536.13	531.63	574.28	590.87	658.73	731.00	817.79	921.76	1,130.72	1,469.58	1,557.74	1,553.06	1,684.30	1,838.94	1,944.52	2,174.27
Outros Países Desenvolvidos	109.76	121.02	127.64	142.57	164.36	193.17	214.29	199.66	212.23	264.98	267.91	276.14	344.16	436.02	540.73	486.59	562.38
PVDs	364.68	403.41	453.32	531.19	596.41	675.23	801.96	1,111.46	1,224.05	1,558.69	1,707.64	1,786.91	1,727.50	1,978.07	2,287.69	2,621.61	3,155.86
África	59.52	64.01	67.89	72.22	80.50	86.63	89.15	100.52	108.88	153.25	153.22	150.36	165.27	202.98	240.92	271.48	315.13
América Latina e as Caraíbas	104.60	116.18	132.00	151.61	167.93	171.42	215.01	293.35	356.76	411.41	481.02	576.12	546.46	620.34	716.86	816.21	908.57
Ásia e Oceânia	200.57	223.22	253.43	307.36	347.98	417.18	497.79	717.60	758.41	994.03	1,073.40	1,060.43	1,015.77	1,154.75	1,329.91	1,533.93	1,932.15
Economias do Leste da Europa e em Transição (CIS)	0.12	-0.65	0.90	2.98	7.57	12.73	19.03	32.39	38.48	50.18	71.22	99.41	127.47	172.65	227.97	304.87	389.13

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2007

Tabela 1.3 - Fluxos de Investimento Directo Estrangeiro
(Valores em milhões de USD)

Ano	Moçambique	África Austral	% da África Austral	África	% África
1990	9.20	91.64	10.04	2,805.31	0.33
1991	22.50	452.97	4.97	3,534.86	0.64
1992	25.30	212.25	11.92	3,800.39	0.67
1993	32.00	-134.79	-23.74	5,443.15	0.59
1994	35.00	569.51	6.15	6,104.84	0.57
1995	45.00	1,531.63	2.94	5,655.41	0.80
1996	72.50	1,067.92	6.79	5,957.07	1.22
1997	64.40	4,017.47	1.60	11,032.55	0.58
1998	234.90	913.80	25.71	9,609.82	2.44
1999	381.70	1,691.78	22.56	12,062.52	3.16
2000	139.30	1,269.00	10.98	9,670.99	1.44
2001	255.40	7,242.28	3.53	19,904.64	1.28
2002	347.60	2,277.73	15.26	14,592.12	2.38
2003	336.70	1,282.91	26.25	18,719.50	1.80
2004	244.70	1,540.47	15.88	18,019.71	1.36
2005	107.90	7,280.79	1.48	29,459.47	0.37
2006	153.70	476.61	32.25	45,753.90	0.34
2007	427.40	7,027.65	6.08	52,982.23	0.81

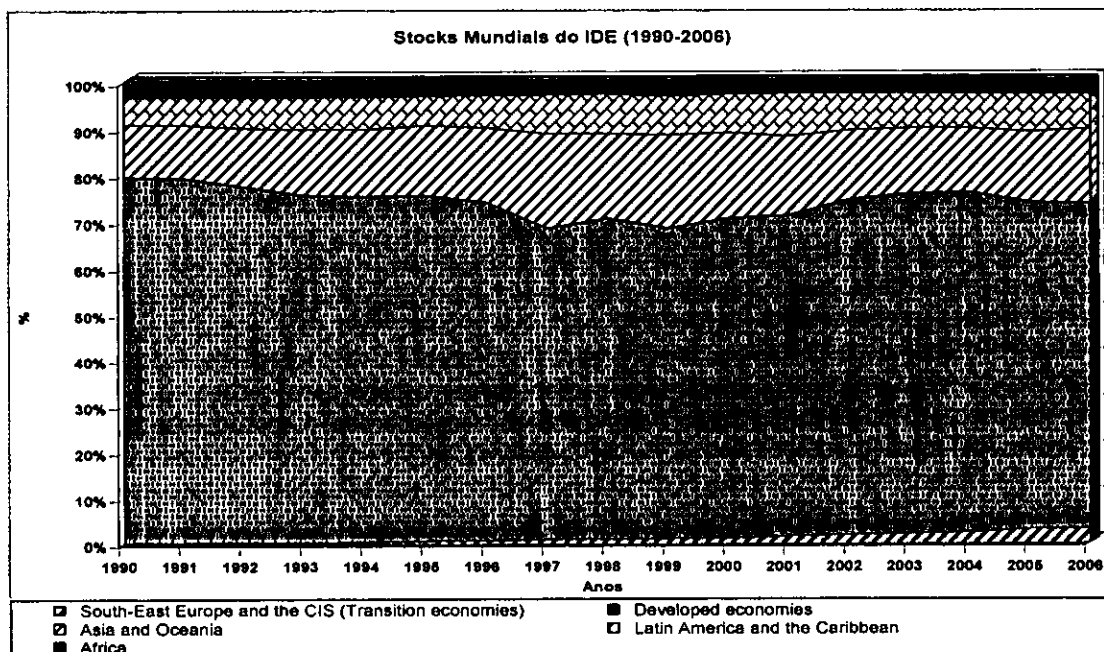
Fonte: UNCTAD, Base de Dados online do Investimento Directo Estrangeiro

Tabela 1. 4 - Principais Projectos Aprovados pelo CPI no período de 1990 a 2007
(Valores em milhões de USD)

Ano	Projecto	País Investidor	Custo do Projecto	Valor do IDE	Emprego	Sector	Localização
1995	Cervejas de Moçambique	Holanda	173.27	13.00	nd	Industria	Maputo
1997 e 1998	Projecto Mozal I e II	Inglaterra(BHP Billiton), Japão (Mitsubishi Corporation), África do Sul (IDC)	2,400.00	900.00	3,000	Industria	Maputo
1998	Açucareira de Xinavane	Portugal	210.63	11.69	1,712	Agricultura e Agro-Industria	Maputo
1998	Motraco Electricidade	África do Sul e Suazilândia	155.50	26.10	nd	Recursos Minerais	Maputo
2000	Areias Pesadas de Moma	Irlanda	103.00	103.00	250	Recursos Minerais	Nampula - Moma
2001	Gás Natural e Pipeline	África do Sul (SASOL)	1,500.00	nd	700	Recursos Minerais	Inhambane
2001	Ferro e Aço	África do Sul	110.00	440.00	nd	Industria	Maputo
2001	Ponta Dobela	Inglaterra	501.45	30.00	1,210	Transportes e Comunicação	Maputo
2001	PEMBA BAY - WILDLIFE AND MARINA RESORT	Maurícias	968.00	10.00	2,627	Turismo e Hotelaria	Cabo Delgado
2002	LIMPOPO CORRIDOR SANDS	Austrália e África do Sul	1,200.00	480.00	nd	Recursos Minerais	Gaza
2003	VM, SARL	Maurícias	507.00	58.80	500	Transportes e Comunicação	Cidade de Maputo
2004	CCFB - Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira	Índia	152.46	10.07	1,000	Transportes e Comunicação	Sofala - Cidade da Beira
2006	Ilha de Xefina	África do Sul	320.00	3.90	1,530	Turismo e Hotelaria	Maputo - Cidade de Maputo
2007	Carvão de Moatize	Suíça (Vale do Rio Doce)	1,535.01	170.56	nd	Recursos Minerais	Tete - Moatize
2007	AYR PETRO-NACALA	Estados Unidos	5,000.00	4,999.95	470	Recursos Minerais	Nampula - Nacala Velha
2007	PROCANA	Inglaterra	510.04	29.00	7,000	Agricultura e Agro-Industria	Gaza - Massingir

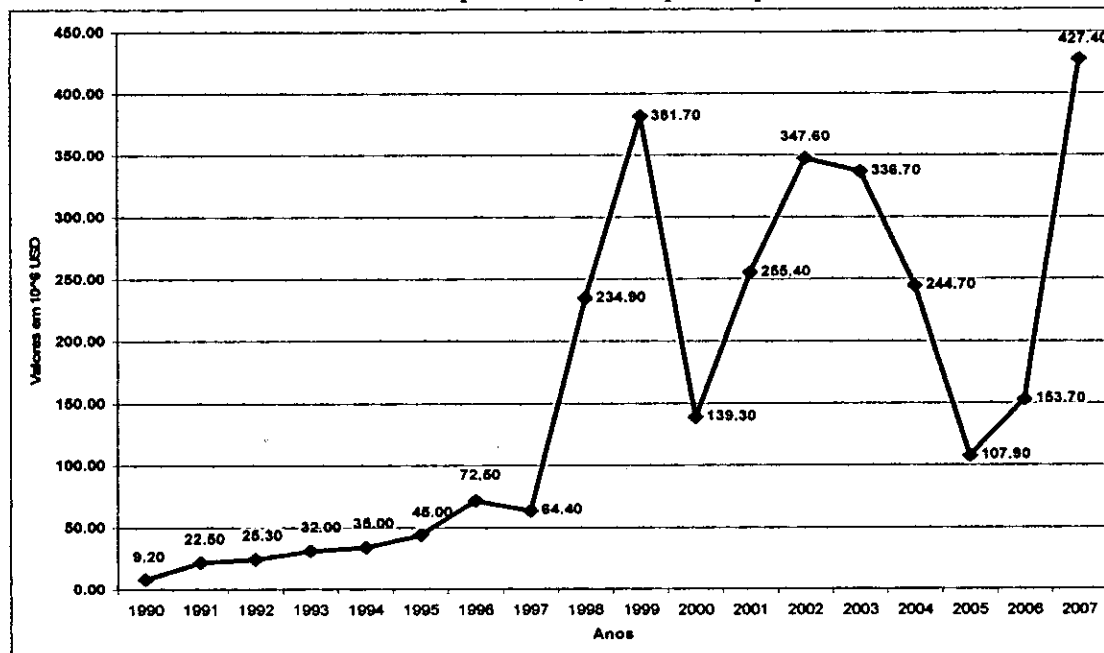
Fonte: Base de Dados do CPI

Grafico 1. 1 - Stocks Mundiais do IDE de 1990 a 2006



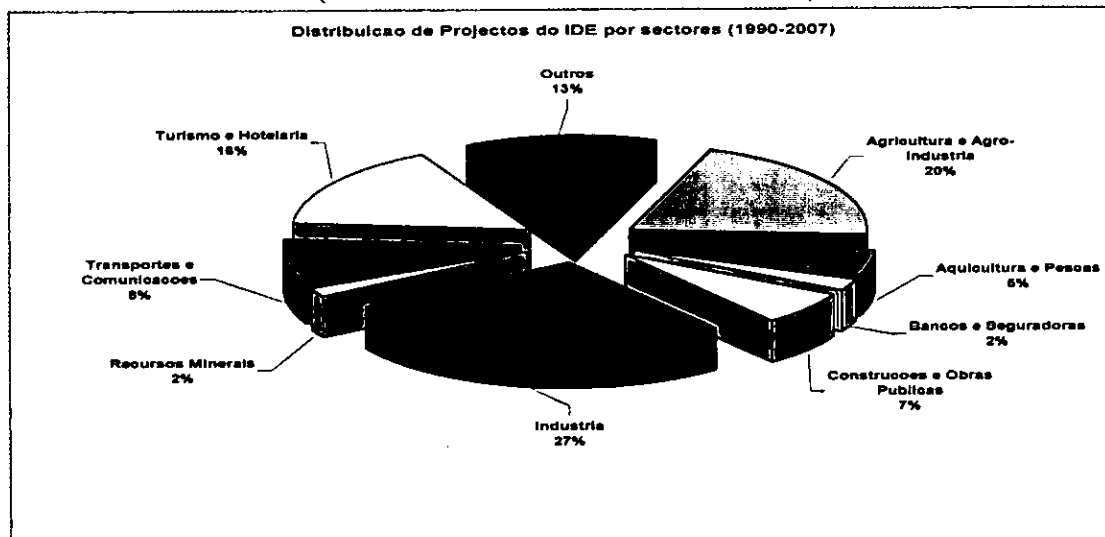
Fonte: UNCATD, World Investment Report, 2007, Base de Dados Online

Grafico 1. 2 – Fluxos de IDE para Moçambique no periodo de 1990 a 2007



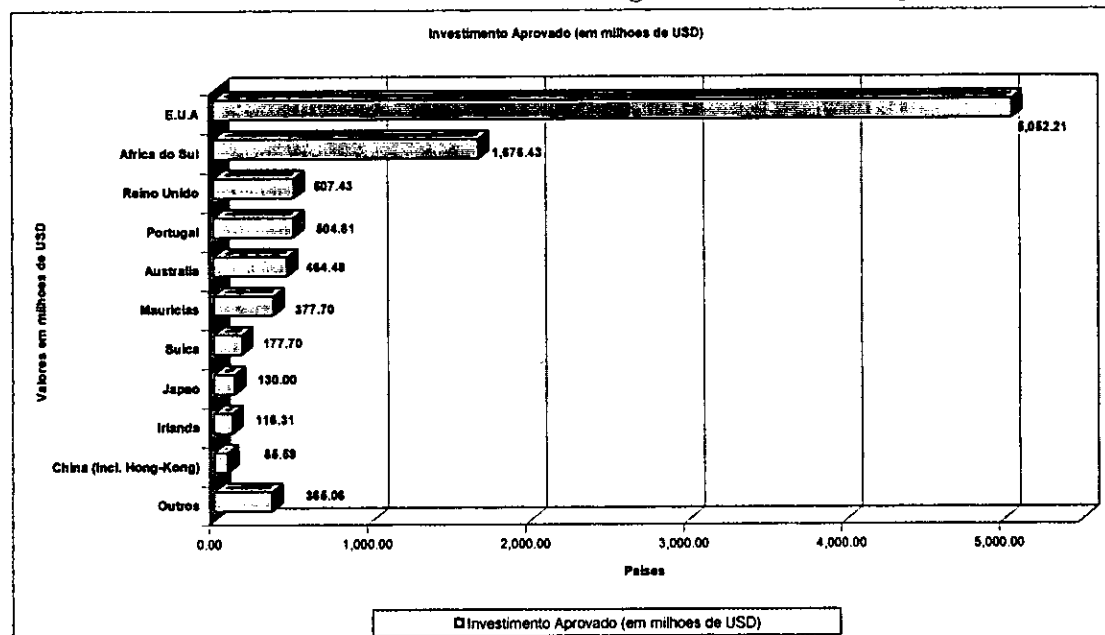
Fonte: Base de Dados da BOP

**Grafico 1.3 – Distribuição Sectorial dos Números de Projectos de IDE
(Valores Cumulativos de 1990 – 2007)**



Fonte: Base de Dados do CPI

Grafico 1.4 – Os Maiores Investidores Estrangeiros em Moçambique (1990 – 2007)



Fonte: Base de Dados do CPI

Anexo II

Resultados do processo de Estimação – Output do MICROFIT 4.1.

Ordinary Least Squares Estimation

Dependent variable is IDE

72 observations used for estimation from 1990Q1 to 2007Q4

Regressor	Coefficient	Standard Error	T-Ratio[Prob]
INTERCEPT	.084276	.76654	.10994[.913]
PIBPERCA	1.2598	2.8180	6.1249[.000]
ABERT	-.13183	.038593	-3.4160[.001]
GOV	1.4054	.21859	6.4296[.000]
HUMANCAP	3.6072	5.2946	.68129[.498]
INFRA	.0043581	.0067608	.64462[.522]
RECNAT	-2.7170	.23265	-11.6783[.000]
INFLAC	-6.4632	22.5518	-6.0511[.000]
INCENT	.57819	.85040	.67991[.499]

R-Squared	.94398	R-Bar-Squared	.93786
S.E. of Regression	2.7157	F-stat.	F(8, 63) 132.2748[.000]
Mean of Dependent Variable	14.9289	S.D. of Dependent Variable	137.2272
Residual Sum of Squares	464.6349	Equation Log-likelihood	-169.2887
Akaike Info. Criterion	-178.2887	Schwarz Bayesian Criterion	-188.5337
DW-statistic	2.2425		

Diagnostic Tests

Test Statistics	LM Version	F Version
A:Serial Correlation	*CHSQ(4)= 2.6216[.623]	*F(4, 59)= .55737[.694]
B:Functional Form	*CHSQ(1)= 2.7836[.095]	*F(1, 62)= 2.4934[.119]
C:Normality	*CHSQ(2)= 154.0713[.000]	Not applicable
D:Heteroscedasticity	*CHSQ(1)= .096140[.757]	*F(1, 70)= .093595[.761]

A:Lagrange multiplier test of residual serial correlation

B:Ramsey's RESET test using the square of the fitted values

C:Based on a test of skewness and kurtosis of residuals

D:Based on the regression of squared residuals on squared fitted values